

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES – ILA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA**

CARLOS HENRIQUE LUCAS LIMA

***DO HOMOEROTISMO À DERIVA SEXUAL:
estratégias e políticas homossexuais de derrisão da heterossexualidade
compulsória em duas narrativas brasileiras***

RIO GRANDE, RS, BRASIL

2013

CARLOS HENRIQUE LUCAS LIMA

***DO HOMOEROTISMO À DERIVA SEXUAL:
estratégias e políticas homossexuais de derrisão da heterossexualidade
compulsória em duas narrativas brasileiras***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em História da Literatura da Universidade Federal do Rio Grande – FURG , como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José Luis Giovanoni Fornos.

RIO GRANDE, RS, BRASIL

2013

CARLOS HENRIQUE LUCAS LIMA

***DO HOMOEROTISMO À DERIVA SEXUAL:
estratégias e políticas homossexuais de derrisão da heterossexualidade
compulsória em duas narrativas brasileiras***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em História da Literatura da Universidade Federal do Rio Grande – FURG , como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José Luis Giovanoni Fornos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luis Giovanoni Fornos (FURG) – orientador

Profa. Dra. Eloína Prati dos Santos (UFRGS)

Prof. Dr. Márcio Rodrigo Vale Caetano (FURG)

RIO GRANDE, RS, BRASIL

2013

AGRADECIMENTOS

Cabe, como agradecimento inicial, mencionar minha família, em especial minha mãe, meu padrasto e meu companheiro, na ordem que segue: Jessi Lucas Prestes da Silva, Vanderlei Prestes da Silva e Wilson Ramon Alvez Chaparro, pelo apoio constante, pelo auxílio, financeiro e psicológico, muitas vezes necessário ao longo desse fatigante percurso que foi a cursagem das disciplinas e a escrita desta dissertação de Mestrado em História da Literatura da Universidade Federal de Rio Grande. A confiança de minha mãe em minha capacidade intelectual, para além de todas as distinções e reconhecimentos que a Academia pode oferecer – e tem oferecido, é verdade!, configura-se na maior honraria que eu poderia receber.

Também vale um agradecimento à CAPES, agência de fomento à pesquisa do Governo Federal, que, ao longo desses vinte e quatro meses, permitiu-me seguir, sem interrupções, o curso de pós-graduação. Para além da bolsa mensal, é preciso citar, também, os auxílios de viagens e apoios individuais disponibilizados pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPES/FURG), e aqui cito nominalmente o Pró-reitor Danilo Giroldo e a Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação Rosilene que, segundo as condições da Pró-reitoria nunca me negaram recursos, mas, ao contrário, incentivaram atividades que transcendiam uma concepção tradicional de pesquisa, fomentando viagens de formação no movimento social LGBT. Uma Universidade que atenta para a formação integral de seu aluno faz isso: borra as mesquinhas definições pedagógicas que pretendem orientar o estatuto da pesquisa.

Também os amigos e amigas, centrais no que se refere à manutenção de minha sanidade mental e, portanto, na continuação da escrita deste trabalho de mestrado. Cito seus nomes:

- Márcio Caetano, um dos arguidores deste trabalho, “irmão” e amigo querido que me ensinou o significado da “ética do cuidado”, da relevância da amizade e do carinho, a ele meu abraço e um “Êeee buniiiita” gostoso;

- Jean Baptista, professor da FURG e coordenador do COMUF, um projeto maravilhoso que trabalha com as comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) e outros grupos marginados, como a população afro-brasileira e as comunidades LGBT's, e do qual tenho o orgulho de poder participar como colaborador. Este amigo me conduziu a um reencontro com minha negritude e me ajudou a perceber que a luta contra a opressão deve ser empreendida de maneira articulada, minando minha mirada muitas das vezes embaçada por certo individualismo guei;
- Wellington Freire Machado, colega durante o curso de Mestrado com o qual passava longas horas discutindo sobre a natureza da pesquisa em Letras e Linguística, falando sobre nossos sonhos como estudantes, ambos oriundos de classes populares e que vimos na continuação de nossos estudos a oportunidade de ascender socialmente. Amigo, nossos sonhos estão de concretizando!
- Gustavo Rocha, um irmão que fiz durante uma de minhas viagens a Santa Maria. Militante do movimento negro e estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com este amigo me dei conta de que os laços de sangue muitas vezes nada mais são do que um sobrenome no papel. Salve, amigo!
- Alexandre Cruz de Souza, amigo desde antes de minha Graduação em Letras na UFRGS e que participou diretamente na escrita deste trabalho por meio de nossas conversas seja por telefone seja pessoalmente quando a Porto Alegre ia para recarregar minhas energias exauridas pelo vento da Praia do Cassino e pelas longas leituras do Curso de Mestrado.

À parte esses amigos, quero ainda agradecer à Claudia Rodriguez, uma querida estudante mexicana de doutorado que passou um tempo na FURG, ocasião em que a conheci, que de renovadas maneiras me motivou a continuar e acreditar em meu potencial. Também às amigas e amigos dos coletivos estudantis que participo, o Camaleão – Coletivo Universitário de Defesa da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero e o Macanudos – Coletivo de combate ao racismo social e institucional. Os e as companheiras que nesses espaços fiz, pelo

exemplo, foram-me mostrando que vale a pena engajar-se no diário empreendimento que é o combate às opressões, seja de gênero, de raça/etnia, seja de orientação sexual.

Também à Reitora Eleita da FURG, a Profa. Dra. Cleuza Sobral Dias, uma mulher a qual aprendi a respeitar e admirar. Seus esforços no sentido de visibilizar e dar suporte aos coletivos universitários na FURG foi chave na consolidação desses movimentos e na minha condição de ativista.

Não poderia deixar de citar, ainda, a primeira orientadora desta dissertação, a Profa. Dra. Eloina Prati dos Santos, que, durante o primeiro ano do Mestrado, na qualidade de professora visitante, ministrou a disciplina de “Literatura de Expressão Feminina”, oportunidade na qual estreitei minha relação com textos teóricos e literários relacionados ao feminismo e aos estudos gays e lésbicos. Sua “poderosa” (palavra que ela repetidas vezes utilizava) presença de mulher me fascinou – nós, gueis, temos disso, adoramos as divas! –, inspirando-me a ter uma atitude ativa – e, portanto, confiante – frente aos desafios acadêmicos e pessoais que se apresentaram diante de mim.

Também quero agradecer à FURG e ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) dessa Universidade que me proporcionaram uma educação de qualidade, professores qualificados e a oportunidade de pesquisar a temática da homossexualidade sem impedimentos – coisa cada vez mais rara, tendo em vista o *crescendo* do poderio de grupos conservadores em nossa sociedade. Há uma esperança! Ao coordenador do PPGL, Prof. Dr. Mauro Nicola Povoas, igualmente amigo e conselheiro, incansável debatedor, meu agradecimento.

E, por fim, e não menos importante, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José Luis Giovanoni Fornos, um heterossexual de compreensão ampliada, que me ajudou a enxergar o que meus já citados olhos “viciados”, em algumas ocasiões, tinham dificuldades de ver.

Obrigado!

“Êeee, buniiita!”

Saudação, em pajubá, de certa parcela da
comunidade guei no Rio Grande do Sul

*Às companheiras e companheiros que,
corajosamente, realizam estudos LGBT's
nas universidades, e que, com isso,
ousam desafiar a hegemonia de uma
epistemologia heterossexual que se
pretende compulsória na Academia.*

*A Wilson Ramon Alvez Chaparro, meu
companheiro e sobretudo amigo,
possibilidade no/do devir.*

*À minha mãe, Jessi Lucas Prestes da
Silva, amiga e conselheira, e à minha avó
materna, Maria Darcy da Silva Lucas (in
memorian).*

RESUMO

Esta dissertação de mestrado busca, a partir de dois romances brasileiros, *O Bom-Crioulo* (1895), do escritor cearense Adolfo Caminha, e *Stella Manhattan* (1985), do ensaísta-romancista Silvano Santiago, discutir de que maneiras essas narrativas se mobilizam no sentido de desestabilizar a ordem hegemônica heterossexual na cultura brasileira. O trabalho lança mão de certo aparato teórico feminista, dos estudos *gays* e lésbicos e da epistemologia *queer* para refletir sobre como a homossexualidade e o homossexual, nos romances sob leitura, promoveriam o que este trabalho denomina “derrisão da heterossexualidade compulsória”. Além disso, dialoga com textos ensaísticos de Silvano Santiago e Denílson Lopes a fim de questionar a proposta daquele autor de um “homossexual malandro”, sugerindo a falência dessa proposição por conta da visibilização da diferença gendérica, tendo em vista a nítida performance feminina de Stella Manhattan, protagonista do romance homônimo. Por fim, propõe a escrita de histórias da literatura “fora do armário”, as quais negariam a reclusão e/ou exclusão daqueles sujeitos que transitam para além de uma legibilidade etno e heterocentrada.

Palavras-chave: heterossexualidade compulsória; heteronormatividade; narrativa homoerótica; historiografia “fora do armário”.

RESUMEN

Esta disertación de maestría tiene por objetivo, a partir de dos novelas brasileñas, *O Bom-Crioulo* (1895), del escritor cearense Adolfo Caminha, e *Stella Manhattan* (1985), del ensayista-novelistas Silvano Santiago, discutir de qué maneras esas narrativas se movilizan pretendiendo desestabilizar el orden hegemónico heterosexual en la cultura brasileña. El trabajo utiliza cierto aparato teórico feminista, los estudios *gays* y *lesbianos* e de la epistemología *queer* para reflejar sobre cómo la homosexualidad y el homosexual, en las narrativas bajo análisis, impulsarían lo que este trabajo nombra “derrisión de la heterosexualidad compulsoria”. Además, dialoga con textos ensayísticos de Silvano Santiago y Denílson Lopes con el objetivo de cuestionar la propuesta de aquel autor de un “homosexual *malandro*”, sugiriendo la diferencia gendélica, teniendo en cuenta la nítida performance femenina de Stella Manhattan, protagonista de la novela homónima. Por ende, propone la escritura de historias de la literatura “fuera del armario”, las cuales negarían la reclusión y/o exclusión de aquellos sujetos que transitan más allá de una legibilidad etno y heterocentrada.

Palabras-clave: heterosexualidad compulsoria; heteronormatividad; narrativa homoerótica; historiografía “fuera del armario”.

ABSTRACT

This master's degree dissertation aims to, based on two Brazilian novels, *O Bom-Criolo* (1895) and *Stella Manhattan* (1985), to discuss the way these two narratives carry on a revolution in order to destabilize the heterosexual hegemony in the Brazilian culture. This work makes use of a large bibliography set of feminism theories, LGBT studies, in addition to the queer epistemology to think over how the homosexuality and the homosexual, in the referred novels, have promoted something we call in this study "derision of compulsory heterosexuality". Moreover, this dissertation dialogues with Silvano Santiago and Denílson Lopes' essays in order to raise questions about Silvano's proposal of a "homosexual *malandro*", suggesting the end of this proposition due to the trend of generic difference, taking into account *Stella Manhattan*'s clearly feminine performance, the protagonist in named with her name. Finally, this study proposes a "come out of the closet" to the writing of literary histories, which would not allow the seclusion and/or exclusion of those subjects who transit beyond the legibility centered in ethnicity and heterosexuality.

Keywords: compulsory heterosexuality; heteronormativity; homoerotic narrative; "out of the closet historiography".

SUMÁRIO

Resumo	p. 09
1 Feminismos, estudos literários e epistemologia <i>queer</i> – imbricamentos	p. 13
1.1 O empreendimento feminista	p. 17
1.2 Epistemologia <i>queer</i> e estudos literários	p. 19
2 Subalternidade e heterotopia	p. 29
2.1 Literatura heterotópica	p. 31
2.2 Espaço de compensação	p. 38
3 Literatura de deriva e exílio sexuais	p. 43
3.1 Liminalidade das identidades em exílio	p. 45
3.2 Deriva sexual e a desconstrução da heterossexualidade compulsória	p. 57
4 Leitura em contra-ponto: homossexual astucioso?	p. 63
4.1 O homossexual malandro	p. 64
4.2 Suplementação <i>queer</i>	p. 68
5 Notas para uma historiografia “fora do armário”	p. 75
Referências	p. 85

1 FEMINISMOS, ESTUDOS LITERÁRIOS E EPISTEMOLOGIA *QUEER* – IMBRICAMENTOS¹

*Não existe nenhum poder que aja, existe apenas
uma ação reiterada que se faz poder em virtude
de sua persistência e instabilidade.*

Judith Butler

Acredito que já passamos do tempo em que os Estudos Literários e os Estudos Culturais apresentavam-se, como que de arma em punho, preparados para um duelo. De um lado, aqueles que defendiam renhidamente a primazia dos estudos “estritamente” literários sobre os de cariz culturalista ou “extraliterário”, e, de outro, se é que assim podem ser chamados, os “eccléticos”, num primeiro momento oriundos de áreas afins aos estudos de literatura – historiadores, sociólogos, filósofos, antropólogos, psicanalistas etc. –, que se “apropriavam” de textos de literatura no intuito de trabalhar temas alheios ao propriamente literário. (E aqui não me esqueço dos seguidores da Escola de Birmingham, mais radicais, que defendiam a extinção – e conseqüente transformação – dos estudos literários em tão-somente “estudos de cultura²).

Os Estudos Culturais, especialmente a partir dos anos 1960, rapidamente se institucionalizam³, vindo a ensejar, junto com a emergência do pensamento desconstrucionista e pós-estruturalista europeus – notadamente francês, a introdução, no começo na academia estadunidense, e mais tarde no Brasil, de

¹ Entendo por “feminismos” certa crítica literária responsável pelo que Rita Schmidt, em referência a *On Deconstruction*, obra de Jonathan Culler, destacou como “o movimento crítico que mais impacto tem tido na história literária e como uma das mais poderosas forças de renovação na crítica contemporânea” (SCHMIDT, 2002, p. 107).

² Nesta dissertação utilizo tanto a designação “Estudos Culturais” quanto “estudos de cultura”. Recentemente “estudos de cultura” vêm sendo entendidos como um contraponto latino-americano aos “Estudos Culturais” de origem anglo-saxã, conforme asseverou a Professora chilena Ana Pizarro em visita ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). No entanto, no que tange a este trabalho, não faço diferenciação entre os termos.

³ A referência que se faz à institucionalização diz respeito em especial aos Estados Unidos.

certa crítica feminista. Tal crítica, preocupada sobretudo em recuperar escritoras “esquecidas” nos processos de constituição da identidade nacional – em um evidente esforço arqueológico –, abre caminho para que outros grupos culturalmente não partícipes da mesa principal do imaginário nacional também reivindicassem assento. Passa-se, assim, de um empreendimento crítico baseado tão-somente em questões relacionadas ao gênero – “a mulher” – para estudos de visada étnica e sexual, principalmente a partir da contribuição da área de pesquisa, profícua nos Estados Unidos, os “Estudos Gays e Lésbicos e os Estudos Pós-Coloniais”, que, conforme comentarei a seguir, conformam o campo de conhecimento chamado de “estudos subalternos”.

Ainda, contudo, sobre os Estudos Culturais, é preciso dizer que o que está em questão é a “capacidade de questionamento proposta pelos grupos historicamente marginalizados como mulheres, negros, homossexuais, estrangeiros (...)” (GOMES, 2012, p.172), o que vem a visibilizar a percepção dos Estudos Culturais como ponto de intersecção entre as teorias da subalternidade. O crítico cultural, nesse sentido, busca problematizar a leitura essencialmente “estética” da literatura, explorando outros vieses dos textos, inquirindo por sua constituição, e considerando, para isso, o momento de produção e as relações de poder calcadas, entre outros fatores, na raça/etnia, no gênero e no sexo, e neste caso em particular, a teoria *queer* traz relevante contribuição. Assim, pavimentando o caminho para as teorias subalternas, os estudos culturais buscam o “sentido alienante das representações” (idem, p. 22), privilegiam o secundário e dão destaque às margens, não apenas visibilizando as diferenças, mas inquirindo por seu estado de marginalização; quer dizer, não é apenas um movimento que aponta as diferenças, mas que, mais do que isso, busca compreender o porquê dessas mesmas diferenças.

Afirma Rita Schmidt (2002) que a crítica literária feminista emerge no Brasil a partir da década de 1980, animada por pesquisadoras da área dos estudos literários, as quais tinham algum tipo de formação de pós-graduação no Exterior. Segue Schmidt afirmando que a crítica feminista não pode ser confundida com o “politicamente correto norte-americano” – e por isso foi que antes fiz questão de

dizer *certa* crítica, em referência ao feminismo – já que sua atuação é, conforme sustenta Jonathan Culler, responsável por uma relevante renovação na área dos estudos literários. E tal asseveração de Schmidt, respaldada por Culler, autoriza que se pense em certo protagonismo da crítica feminista no caminho da desconstrução de parâmetros críticos de leitura fossilizados, e portanto, tornados *naturais*, pela Tradição.

Em um primeiro momento tal crítica questionou a primazia do “sujeito cultural dominante”, quase sempre conjugado na *branquitude* e na *heterossexualidade*. Assim, os campos do estético, do político e do cultural passam a serem lidos a partir da ótica da crítica feminista, o que produziu os exaustivos levantamentos, já referidos, de escritoras “esquecidas” dos cânones literários nacionais⁴. Conforme a lição de Rita Schmidt (2002), a crítica feminista apontou para a necessidade de “historicizar significados cristalizados pela tradição, desmistificando o teor hegemônico da história e sua violência epistemológica na construção do não-lugar das mulheres na história e na cultura” (p.109). Nesse sentido, é possível afirmar que a crítica feminista compartilha do postulado dos Estudos Culturais que aposta na não diferenciação entre textos literários e não-literários, refutando hierarquizações e colocando sob suspeita a “unidade” dos textos de literatura.

Sobre esse ponto, é necessário dizer, também, que a crítica feminista, no embalo dos Estudos Culturais, passou a questionar certa definição de literatura, retirando os textos do invólucro canônico com o selo da Tradição. Tal desvelamento dos textos canônicos permitiu perceber uma construção ideológica muitas das vezes mascarada de não-ideológica. A crítica feminista, portanto, aponta para a parcialidade dos cânones literários ao destacar sua preferência por certa cor, e conforme indicarei mais adiante quando tocar na questão *queer* propriamente dita, certa sexualidade.

Terry Eagleton (2003), em *Teoria da Literatura: uma introdução*, já argumenta no sentido anteriormente exposto, inclusive destacando a

⁴ Apenas para citar um exemplo, a coletânea de textos literários e críticos “Escritoras brasileiras do século XIX”, de organização da Profa. Zahidé Lupinacci Muzart (2000; 2004; 2009).

“ficcionalidade do literário”, o que abre a possibilidade de o crítico cultural trabalhar com uma infundável gama de suportes e produções do que ao longo desta dissertação chamarei “textualidades culturais”. Contudo, e uma vez que a literatura tal qual a conhecemos – ou como a Tradição a apresenta – participa ativamente nos processos de solidificação do imaginário de Nação, quer a tomemos como fictícia – discurso – quer não, a crítica cultural, com o auxílio do empreendimento feminista, interroga os lugares e as valorações sobre as práticas culturais não-hegemônicas (e aqui pode-se pensar em literatura escrita por negros ou de temática negra, nos textos homoeróticos, indígenas, na cultura popular etc.), relendo exatamente aqueles textos considerados “canônicos” a partir de uma lente subversiva/*queer*. Assim, a leitura *queer*, como se verá, não pretende “derrubar o templo em três dias”, mas sim tomar os textos em seus sentidos marginados e/ou secundários.

Eve Kosofsky Sedwick, na obra *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*, de 1985, trata de relacionar misoginia e homofobia, demonstrando que “a dominação das mulheres é associada à rejeição das relações amorosas entre homens”, segundo comenta Richard Miskolci (2009, p.155). A partir desse estudo, que inaugura os estudos *queer*, teóricos e estudiosos das textualidades culturais, e como comentarei mais adiante, estudiosos dos “discursos”, encontraram possibilidades de leitura não-canônicas em diversos textos literários, e também uma forma de interseccionar as pautas feministas com aquelas oriundas da teorização *gay* e lésbica e *queer*.

Ana Cristina Santos (2006), em uma breve introdução aos estudos *queer* em Portugal, descreve como os estudos focalizados no gueto *gay* e lésbico receberam o impulso das teorias feministas, em especial do feminismo lésbico, notadamente a partir das contribuições da professora Judith Butler, vindo a estabelecer suas pautas, *grosso modo*, na oposição a regimes de poder baseados em categorias identitárias de gênero e sexualidade (idem). Antes, contudo, de prosseguir em um percurso histórico que conduz aos estudos *gays* e lésbicos e à epistemologia *queer*⁵, faz-se necessário visualizar mais alguns

⁵ Entendo que os pensamentos *queer* precisam ser equacionados no plural, já que é exatamente aí que reside sua força epistemológica. Neste trabalho me utilizo tanto da expressão

empreendimentos teóricos provenientes de certa crítica feminista.

1.1 O Empreendimento Feminista

Um dos primeiros objetivos da crítica literária feminista de origem anglo-americana é demonstrar por meio de quais mecanismos de controle a sociedade patriarcal mantém o domínio da circulação dos sentidos. É uma atuação extremamente intervencionista. Política. Nesse momento, todo o esforço das teóricas dirige-se para o resgate de escritoras ausentes do cânone literário e ainda no sentido de chamar a atenção para as representações do feminino na literatura (SAMUEL, 2007). Assim, pode-se afirmar que as frentes de embate iniciais do empreendimento feminista se concentram no vértice autoria e representação (obra).

Nelly Novaes Coelho (1999) sustenta que

o feminismo, o neo-historicismo ou os estudos culturais em geral têm-se voltado para a *redescoberta das origens dos sistemas de valores herdados*. Ou melhor, empenha-se em detectar os *pressupostos ideológicos* que estiveram na origem da formação dos cânones e, conseqüentemente, não só redescobrir obras, autores e manifestações culturais esquecidas no tempo, devido à pressão da cultura dominante, mas também compreender as razões profundas do atual desafio ao cânone (as marcações são minhas).

É interessante destacar que Coelho considera a questão do cânone como um “desafio”, em clara correspondência com as interrogações das teorias subalternas, notadamente os estudos *queer*, que visam perceber quais as razões que conduzem a crítica, a historiografia e a teoria literárias a valorizar, e por conseguinte, canonizar certos textos em detrimentos de outros tantos. Evidentemente que o motivo metodológico está afastado do que poderíamos chamar “parcialidade do cânone”; como se vê a partir dos esforços culturalistas,

epistemologia *queer* quanto teoria *queer*, ressaltando que não compreendo a “teoria” como uma categoria estanque, impassível a modificações.

há uma pesada e influente investida – sobretudo nas nações de passado colonial – para deslegitimar as produções culturais não-brancas, não-heterossexuais e não-ocidentais, relegando essas literaturas, e outras textualidades culturais, a uma condição de *inviabilidade* dentro do sistema de valores vigente no Ocidente. Tal inviabilidade, ou “não-lugar”, enseja o surgimento dos (in)desejados guetos, locais, segundo entendo, de proteção e de solidariedade cultural.⁶

Ria Lemaire (1994), no artigo “Repensando a História Literária”, destaca a preocupação com a genealogia no âmbito do ensino da história literária tradicional. Ela sustenta que da mesma forma que nas sociedades patriarcais do passado a questão da “sucessão cronológica de guerreiros heroicos” era importante para o estabelecimento de uma certa genealogia, as mulheres foram relegadas ao esquecimento no historiar da literatura pois não tinham espaço na lista magnífica de bravos e valentes guerreiros masculinos. Diz ela que a “genealogia e a história literária criam a ilusão de uma só história, de uma única tradição” (p.59), destacando a repetição desse pressuposto a cada versão da história literária. E nesse ponto a teoria *queer* contribui expressivamente para desvendar o funcionamento do dispositivo que regula os sentidos no centro da historiografia literária. É o que Judith Butler (2000), em “Corpos que pesam”, chamou de “reiterabilidade discursiva”, que torna “natural” certos sujeitos – os torna “viáveis”, em suas palavras – ao passo que, a outros – e aqui expando o comentário e incluo práticas discursivas e textualidades culturais –, transforma em abjetos ou indesejáveis.

A crítica feminista, portanto, ao denunciar o profundo buraco criado pela ilusão da história única de sucessão patrilinear que eliminava as mulheres do *hall* dos autores canônicos, lança luzes sobre as ideologias que se foram dissipando por intermédio dessas obras, evidenciando que, de fato, poderosas são as estratégias para promover e manter a hegemonia de alguns poucos. Entretanto,

⁶ Logicamente que com tal afirmação não desprezo o caráter mercadológico que está na raiz dos processo de “guetização” à qual a cultura negra e homossexual, por exemplo, está submetida nos Estados Unidos e em outras nações centrais e em desenvolvimento. Contudo, em um mundo cada vez mais homofóbico e xenofóbico, cobram relevância locais de socialização guei e de grupos de estrangeiros, que terminam por proteger tais sujeitos e construir sentidos de comunidade e fraternidade.

cabe destacar aqui que é o próprio processo de opressão/supressão das mulheres do imaginário fundacional de nação que viabiliza essa dinâmica, pois de outra forma teríamos de concluir que há um sujeito no centro da exclusão. A repetição – e daí a relevância das histórias literárias e da própria crítica literária – torna “natural”, e, portanto, legítimas as posições de sujeitos ocidentais brancos (e heterossexuais) no glorioso panteão da Tradição.

O feminismo, com a célebre noção da “morte do autor”, no intuito de solapar a autoridade deste sobre o significado do texto (DUARTE, 2003), obteve também importantes resultados nos estudos de literatura. A denúncia, e consequente proposição de inclusão de uma série de escritoras olvidadas dos cânones nacionais, como se falou, deu ao feminismo um cunho mais político que estético, motivo, como evidente me parece ser, ora de ataques ora de indiferença (SCHMIDT, 2006). Entretanto, parece-me justamente ser no tom político que o feminismo ganha força, que, conforme assevera Heloísa Buarque de Hollanda (2011), sedimentaria a “formulação de uma estética e de uma política cultural democráticas em nossos países”; quer dizer, a crítica feminista em literatura não passa sem o questionamento político, pode-se, daí, afirmar que é desde o político que se podem perceber os pressupostos sobre os quais a estética se assenta.

1.2 Epistemologia *queer* e estudos literários

Eduardo de Assis Duarte (2003), historiando o caminho percorrido pela crítica feminista, aponta a ascensão da noção de *gênero* em detrimento da de *sexo biológico*, entendendo aquele como um operador calcado nos papéis sociais ou performances (BUTLER, 2003), mostrando de que formas a sociedade patriarcal criou, ao longo dos séculos, uma relação conflitiva entre homem e mulher, formulando estratégias de naturalização do feminino (DUARTE, p. 431).

O autor também se refere, na passagem acima, às proposições daqueles, como antes afirmei, que advogam uma sobreposição dos estudos culturais sobre

os estudos literários; entretanto, e para o que nos importa neste capítulo, acredito que já estamos em um momento em que tais campos de conhecimento podem conviver de modo pacífico e dialógico, sem a sombra assustadora, de reputações e empregos, da dominação acadêmica (EAGLETON, 1991). Momento esse talvez de repensar práticas e metodologias; de olhar o objeto de estudo – que não mais se considera como pronto, acabado, mas sim construído ao longo do próprio movimento de leitura – a partir de uma outra mirada, agora ampliada pelos estudos *gays* e *lésbicos* e *queer*, que, de repente, podem trazer muitos mais frutos no porvir.

A ascensão, portanto, da noção de sexualidade no centro dos debates em literatura e cultura, de modo geral, permite que novas problemáticas sejam inseridas ao longo dos processos de valoração das textualidades culturais. Ampliar, assim, o olhar crítico e perceber que a sexualidade, por largos anos, pautou a validação de cânones nacionais e o peso estético de textos, distribuindo adesivos de “legíveis” e “não-legíveis” a contos, romances, dramas e poesias, é um dos mais relevantes gestos dos estudos literários de base *queer*.

Nesse sentido, diz Susana Funck (2005, p.146):

O desmantelamento conceitual do sujeito cartesiano, uno e estável, conforme tão bem analisa Stuart Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade*, traz consigo importantes consequências, uma das quais é sem dúvida a noção de que a subjetividade é formada através de processos inconscientes. E de que o discurso, como prática social e consequentemente política, tem um papel importante a desempenhar nesses processos. Não se pode mais pensar a língua (ou a literatura) sem levar em conta seus aspectos ideológicos e a luta hegemônica que se trava na linguagem, os embates de poder que nela ganham corpo.

Quer dizer, a própria língua é local privilegiado de circulação de sentidos e poderes. Seguindo o raciocínio de Funck, não é *através* dela que “os embates de poder” tomam forma, mas sim *na* própria língua. A literatura, portanto, vista “nua”, ou seja, supostamente desvestida de aspectos ideológicos é uma falácia justamente construída para fins de mais facilmente dissuadir e instalar, no centro dos sentidos, a ideologia dominante.

Reforça-se, portanto, com a passagem acima, o entendimento do texto literário enquanto textualidade cultural, quer dizer, como uma forma discursiva por meio da qual se constroem, e, por conseguinte, se naturalizam, sentidos e desde onde se expedem como que “certidões de validação cultural” a determinados sujeitos e/ou grupos sociais e étnicos. Mais uma vez, e em consonância com a teoria *queer*, alguns sujeitos e algumas práticas culturais são ora viabilizadas, e, portanto, valorizadas, ao passo que outras tantas são declaradas abjetas ou inviáveis. E aqui um parêntese talvez se faça necessário: a inviabilização de certas práticas culturais/textuais implica, necessariamente, sua exclusão da inteligibilidade humana; isso quer dizer que no momento mesmo em que uma literatura culturalmente dissidente emerge é de imediato empurrada para as margens da cultura hegemônica.

Os Estudos Culturais, em suas duas principais vertentes, a Teoria *Queer* e os Estudos Pós-Coloniais, atacam diretamente os discursos hegemônicos localizados na cultura ocidental. A partir do conhecido artigo de Spivak “Pode o subalterno falar?” (2010), passou-se a pensar mais atentamente sobre a questão da agência, da subalternidade e sobre a valoração de saberes não-hegemônicos. A expressão de Spivak – “subalternidade”, engendrada no centro da reflexão de Antonio Gramsci, aponta para certo teor marxista das teorias subalternas – pois protocola um viés de classe – o que é correto, mas que, contudo, não exclui que se diga que apesar do tom marxista das teorias da subalternidade, tais estudos refutarem as abordagens marxistas mais ortodoxas que reduzem seus olhares unicamente a questões de classe e que consideravam o não-heterossexual como anormal. A teoria *queer*, nesse sentido, comunga da afirmação de Spivak ao sustentar que o crítico cultural não pode se eximir, “com um floreio”, de sua função como representante da subalternidade, indo além a teórica ao afirmar que a questão da agência é “função institucional do crítico”.

Pode-se afirmar que o *queer*, em seus imbricamentos com os estudos literários, aponta para o indesejado, para o inconvenientemente necessário, se quisermos e concordarmos com o postulado de que a literatura é local de construção

de uma ética e de uma política da solidariedade.⁷ Acredito que questionar os saberes institucionalizados e propor leituras *suplementares* – e não destruidoras, como acusam, por um lado, os críticos gostosos de certo humanismo liberal e, por outro, outros de manejo “formalista”, compõe uma das principais tarefas do crítico cultural, revisitando o passado e pluralizando o presente.

As noções – *autenticidade* e *naturalidade* – são muito caras para o discurso solidificado ao longo do século XIX, tempo histórico em que as palavras de ordem são “verdade” e “objetividade”. Contudo, a poderosa atuação feminista, mesmo antes da década de cambio epistemológico – os anos 1960 –, lançou potentes bombas nos alicerces dessas concepções, a partir daí desacreditadas. Não apenas os estudos feministas, mas também a crítica pós-colonial, na esteira dos estudos culturais, promoveu um pesado ataque à hegemonia do pensamento único, que transformava a cultura num pacífico mar de consenso (a imagem revela o paradoxo). Vejamos o pequeno panorama traçado por Anselmo Alós e Rita Schmidt (2009, p.140) no caminho de melhor enxergar as relações entre os estudos de literatura e os pensamentos subalternos de visada *queer*:

Os influxos das reflexões marxistas na articulação dos novos estudos culturais (em particular naqueles de vertente britânica), os desdobramentos do feminismo e dos estudos de gênero que, por sua vez, possibilitaram a consolidação de novas frentes de reivindicação política na esfera cultural, tais como os *queer studies* e os estudos com relação à construção histórica da masculinidade, a resistência das teorias pós-coloniais aos discursos fossilizados sobre o papel histórico da modernidade nas culturas ocidentais (...), [produziram] novos saberes e [funcionaram] como discursos de resistência ao mito da objetividade científica na produção de conhecimento sobre a literatura, as artes e a cultura.

⁷ Talvez seja essa questão a mais relevante no centro do pensamento das teorias subalternas. A construção de uma ética e de uma política da solidariedade está em acordo com o sustentado por Bhabha ao defender noções como negociação e hibridismo. No entanto, com a expressão “inconvenientemente necessário” quero destacar que o *queer* não é, de modo algum, integracionista/assimilacionista, absolutamente. Dentre as principais estratégias do *queer* está a visibilização da diferença e a provocação, no centro dos sentidos hegemônicos, de desconforto e inconveniência. Esse pensamento, aquele que reflete sobre uma “ética e uma política da solidariedade”, será tema, a partir da análise e da descrição do Pajubá, língua(agem) de ampla circulação nas comunidades gueis, de estudo em meu curso doutoral, cujo projeto já foi aprovado e defendido frente à banca de seleção do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação, vinculado à Faculdade de Comunicação, em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Pensadoras como a professora de literatura comparada Judith Butler, peça-chave na reflexão sobre o que se poderia nomear “feminismo lésbico e radical”, dá passos largos no que se refere à crítica feminista anglo-americana, construindo a ponte entre crítica feminista *stricto sensu* e os estudos *gays* e lésbicos, cruzamento este que está na gênese do pensamento *queer*. Quer dizer, já não se fazia suficiente uma crítica tão-somente preocupada com a questão da mulher – preocupação com o gênero, mas era necessária uma intervenção em tudo o que se referia, à parte o gênero, às questões de sexualidade. Sua teoria da performatividade, amplamente apresentada em duas relevantes obras (BUTLER, 2002 e 2003)⁸, dá conta de minar as bases, aparentemente sólidas, da noção de *naturalidade* e *autenticidade* das identidades.

A ideia de *performance* de gênero aponta para o crucial papel que o discurso possui na constituição das identidades sexuais (BUTLER, 2002) – e daí, como se afirmou anteriormente, o papel da literatura como textualidade cultural central para a constituição do que Hugo Achugar (2008) denomina “imagens fundacionais”. Na mesma medida em que cambiantes são os significados – e estes conformadores dos discursos, cambiantes também o serão as identidades. Essas teorizações em torno do gênero são ferramentas críticas que mobilizam espaços discursivos (a própria crítica literária e a literatura) de instabilidade e fluidez – pois subvertidos pela leitura *queer*, configurando o texto literário como um topo sempre politizado. É por meio desses instrumentos que se podem ler, por exemplo, muitos dos textos de Caio Fernando Abreu⁹ e Silviano Santiago. E para o que nesta dissertação importa, o romance *Stella Manhattan*, do ensaísta-romancista Silviano Santiago.

⁸ Refiro-me, no que tange à primeira data (2002), à edição em língua espanhola, publicada pela Editora Paidós; no que se refere à segunda data (2003), a referência é à versão brasileira; no entanto, as datas originais de publicação dessas obras, em língua inglesa, são, respectivamente, 1993 e 1990.

⁹ No trabalho monográfico “Narrativa Homoerótica brasileira: performance, sexualidade e política”, de 2010, realizado sob a orientação da Profa. Dra. Regina Zilberman, tentei dar conta de realizar uma leitura *queer* do romance de Caio Fernando Abreu *Onde Andará Dulce Veiga?*, além de relacionar a teoria da performatividade de Butler às performances de gênero das personagens Amaro e Aleixo, de *O Bom-Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha. Nesta dissertação, no entanto, o romance de Caminha voltará à baila com uma outra configuração: a proposta é estudar, com o auxílio de Foucault (1967; 2000), os “espaços heterotópicos” do romance, propondo a própria textualidade subalterna como local de viabilização da utopia e de enfrentamento à hegemonia heterossexual, o que caracteriza, portanto, uma poderosa estratégia de derrisão da heterossexualidade compulsória.

O pensamento *queer*, mais que uma “teoria”, pode ser explicado como um projeto político que se propõe a construir um espaço de “desestabilização, subversão e emancipação para os fenômenos relacionados com a sexualidade e gênero” (SANTOS, 2006); consiste em problematizar os papéis tidos como estáticos de homens e mulheres, de héteros e homos, até o ponto em que rompe tais binômios explorando as incoerências que sustentam tais categorias. Conforme Ana Cristina Santos (2006, p.7-8):

Num exercício de síntese, pode dizer-se que a teoria *queer* parte de cinco ideias centrais. Em primeiro lugar, [1] *as identidades são sempre múltiplas (...)* [2] *qualquer identidade construída* – como, de resto, todas são – *é arbitrária, instável e excludente (...)* Em [3] terceiro lugar, ao invés de defender o abandono total da identidade enquanto categoria política, a teoria *queer* propõe que reconheçamos o seu significado *permanentemente aberto, fluído e passível de contestação (...)* [4] a teoria *queer* postula que a teoria ou política de homossexualidade centrada no “homossexual” reforça a dicotomia hétero/homo, *fortalecendo o atual regime sexual que estrutura e condiciona as relações sociais ocidentais (...)* apresenta-se enquanto [5] *proposta de teorização geral sobre a sexualização de corpos, desejos, ações, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais.*

A proposta de síntese de Santos – verdade que uma falsa síntese, pois para o *queer* a síntese é a negação do *in process* – mostra os principais pontos de atuação da política *queer*. O primeiro ponto, aquele que trata da multiplicidade das identidades, é especialmente crucial para a leitura de textos literários, uma vez que impossibilita leituras redutoras e reguladoras, como no caso da construção da “identidade nacional” – que se quer (ou que se queria) una e imutável. Perceber a identidade nacional enquanto multiplicidade – e, portanto, “identidades nacionais”, revela que outras identidades foram subtraídas e/ou rasuradas quando do estabelecimento do que vem a ser a literatura e a mulher e o homem brasileiros. Noções como “identidade cultural”, “literatura brasileira”, “nação” etc. são, a partir da lente *queer*, portanto, “ficções conceituais” (ALÓS e SCHMIDT, 2009), “acumpliciadas com as hegemonias culturais”, passíveis de serem problematizadas pelas teorizações advindas da crítica feminista, dos estudos *queer* etc. Como síntese se poderia dizer: outras vozes, outros discursos.

Outro ponto relevante da crítica *queer* é a derrubada da perspectiva binarista de análise (e a influência da desconstrução, nesse ponto, é clara). Estudos de literatura baseados na oposição entre homossexualidade e heterossexualidade apenas reforçam a base que sustenta as “relações sociais ocidentais”; deve-se, por outro lado, apostar em uma crítica da ambiguidade, da fluidez dos corpos e prazeres, e ainda investir na descoincidência entre sexo, gênero e desejo (SANTOS, 2006). É por intermédio dessa chave de leitura que o romance *Stella Manhattan*, de Silviano Santiago (1985), torna-se legível, por exemplo. “Ser” homossexual, em uma leitura *queer* do referido texto, é apostar em uma performance da experienciação, na qual o lugar do gênero e da sexualidade não estão definidos e para os quais o clamor do armário não encontra eco (Cf. A discussão do Capítulo “Leitura em contra-ponto: Homossexual Astucioso?”). E diferentemente de uma crítica dualista e redutora, que advogaria uma “opção” sexual homossexual por parte da personagem-protagonista desse romance, entendo que é no próprio movimento performático (Eduardo/Stella), ou conforme se falará no capítulo de análise desse romance “personagens dobradiças”, que ela percebe sua sexualidade, na esperança do encontro de um grande amor na deriva sexual em que a origem e o fim não são relevantes.¹⁰

A teoria *queer*, como se verá no capítulo de análise de *Stella Manhattan*, não ambiciona, tal como o fazem os estudos da diáspora, encontrar uma “origem”, mas sim demonstrar que sujeitos *queer*, ou sujeitos outros e outros sujeitos, são parte do que se poderia chamar de “cultura planetária”, que acarretaria, segundo entendo, a formação de novos vínculos e a constituição de uma nova fraternidade¹¹ calcada na sexualidade e/ou na performance de gênero. Daí a relação entre

¹⁰ No capítulo em que comento o romance de Santiago, *Stella Manhattan*, defendo a deriva sexual como chave de leitura para esse texto. Além disso, e apostando na teoria *queer* como instrumento de leitura do literário, aposto na compreensão da sexualidade de Eduardo/Stella a partir do rompimento das fronteiras entre sexo e gênero, e no cruzamento entre raça e sexualidade.

¹¹ O feminista e ativista homossexual Márcio Caetano, em diversas ocasiões, em alusão a textos da feminista Marcela Lagarde, lança mão do conceito de “sororiedad”, que se referiria, segunda essa autora, a uma nova experiência política e intelectual travada entre mulheres, a qual se materializaria em ações específicas contra a opressão de cariz sexual. Visando a diluir o poder da fraternidade universal calcada no homem (*andrós*) e amparada fortemente por uma lógica rosseaniana, quero distender esse conceito visando a convidar outros coletivos de sujeitos que buscam destituir a lógica de governo da fraternidade moderna. Mais uma vez cito a Márcio Caetano e agradeço suas reflexões nesse sentido.

homossexualidade e viagem, conforme destaca Denilson Lopes (2002), tema que está aí para ser investigado com mais detenção. Nesse mesmo romance, parece-me que os laços entre os sujeitos à deriva¹², tal como sustentarei ao me referir aos homossexuais em exílio por conta de sua sexualidade não-hegemônica, serão amarrados mais por uma questão vinculada às suas sexualidades dissidentes que por relações de nacionalidade¹³.

Mas retornando a questões caras ao pensamento *queer*, pode-se afirmar que o ponto de contato principal entre os estudos culturais e a teoria *queer* reside na intersecção raça/sexualidade, estrado teórico este que orientará parte da leitura do romance *O Bom-crioulo*, uma vez que a sexualidade de Amaro, protagonista do romance, está indissociavelmente ligada à sua raça, por exemplo. Como apontarei no capítulo sobre os espaços heterotópicos em *O Bom-crioulo*, o papel de gênero de Amaro – masculino, em oposição ao papel de Aleixo – feminino, determinará – e não no sentido do determinismo do século XIX, já que o romance não é um fiel exemplo do Naturalismo oitocentista, a dinâmica amorosa e narrativa do romance. O *queer*, assim, permitiria reler *O Bom-Crioulo* pelo olho dos estudos subalternos de (homo)sexualização da raça, que, ainda no tempo presente, apreende sujeitos negros e homossexuais em identidades marcadas pelo papel ativo e másculo, vetando e inferiorizando outras manifestações da sexualidade.

Uma crítica, portanto, pautada pela epistemologia *queer* do romance de Caminha desafiaria leituras fossilizadas sobre a raça e a sexualidade dos negros, por exemplo. Ainda acerca dessa questão, a da intersecção de raça/etnia e sexualidade, como se disse, centrais nas reflexões das teorias subalternas, é possível

¹² Permito-me, aqui, um entendimento duplo de deriva: tanto abarcando a sexualidade das personagens, uma *deriva sexual*, portanto, quanto uma que se aproxima das postulações pós-coloniais, que diz respeito à migração mesma dos corpos de sujeitos oriundos de países de passado colonial. Em *Stella Manhattan*, a protagonista, Eduardo Costa e Silva, e Paco, cubano foragido do regime castrista, são, ambos, sujeitos migrantes, originários de países localizados às margens da ocidentalidade.

¹³ A despeito das relações travadas entre brasileiros exilados e/ou expatriados etc. em Nova Iorque, cujo eixo se fixa na nacionalidade (porquanto brasileiros), os laços de cumplicidade que se tecerão ao longo da narrativa, por exemplo, entre Stella e Viúva Negra, ou entre aquela e Marcelo, se devem mais a uma questão de sexualidade que de nacionalidade. Mas é na relação entre Stella e Lacucaracha, esta cubana, como já se disse, que se pode mais claramente verificar a importância, enquanto elemento vinculatório, da sexualidade – as duas, ou melhor, os dois, Eduardo e Paco, são homossexuais – no relacionamento dessas duas personagens.

deslocar a viabilidade dos sujeitos negros da condição de estereótipos de virilidade para uma em que os pressupostos naturalizantes – e naturalizados pela cultura hegemônica – são postos em suspensão. Quer dizer, interpelados pelo *queer*.

Um dos pontos de defesa na leitura do romance de Caminha será a questão, de dupla causa, que torna abjeto o protagonista da narrativa (se o pensarmos enquanto corpo negro sexualmente animalizado). A abjeção, nesse caso, advém tanto da raça de Amaro quanto de sua sexualidade. Em *Stella Manhattan*, conforme se intentará, a abjeção advém do fato de a protagonista, Eduardo Costa e Silva, cruzar as fronteiras tanto da sexualidade quanto do gênero – há, no romance, a presença de uma performance travesti – *camp* – experienciada pelo protagonista, à parte a raça de Eduardo, que encontra na pena de Santiago uma formulação miscigenada.

Perceber, portanto, o desafio ao entendimento binário de gênero – masculino/feminino – e de sexualidade – heterossexual/homossexual – e vê-los questionados pela literatura – e especialmente por *O Bom-Crioulo* e *Stella Manhattan* – permite que se situe tais textos dentro de uma abordagem *queer*, posto que há uma desestabilização (derrisão) da heterossexualidade presumida, deslocando perspectivas identitárias e tornando-as passíveis de contestação.

Agora, como uma outra proposta de síntese, o pensamento *queer*, e tome-se o paralelo com a crítica feminista, apresente-se como um ataque a heteronormatividades, justamente da mesma forma como o feminismo atacava os sistemas de valorações do patriarcado. Assim, mesmo que o *front* de combate da epistemologia *queer* se situe no ataque a resquícios patriarcais, será a heteronormatividade o seu alvo fulcral. A heteronormatividade baseia-se num regime político fundado na heterossexualidade. Tal regime defende a condição “universal”, e, portanto, “normal”, da heterossexualidade, relegando gueis, travestis, lésbicas, transexuais, transgêneros à condição de *outsiders*. Para uma complementação do conceito, cito Márcio Caetano (2011, p. 195):

A heteronormatividade junto com o androcentrismo é a base do sistema político-subjetivo que alimenta as diferenças dicotômicas entre os sexos e busca naturalizar/estabelecer o governo do

homem/masculino. (...) A heteronormatividade é constituída por regras, produzidas mais amplamente nas sociedades e massificadas por meio das pedagogias culturais e escolares, que controlam o sexo dos sujeitos e que, para isso, precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para dar o efeito de substância, de natural e inquestionável. Esse efeito é *performativo*, isto é, tem o poder de produzir aquilo que nomeia e, assim, repete e reitera as normas de gênero.

Gosto da seguinte provocação de Denilson Lopes (2002, p.19):

Se o século xx foi o século das mulheres, o que não quer dizer que não haja muito ainda por avançar em matéria de conquistas de direitos e valores, o século XXI bem pode ser aquele em que a homossexualidade se institucionaliza e se estabiliza socialmente.

E esse é o desafio para os estudos *gays* e *lésbicos* e para o pensamento *queer*, que neste capítulo – e nesta dissertação, como um todo – preferi não dissociar – mas profundas, mesmo que em alguns momentos tênues, diferenças podem ser indicadas, como o faz Jorge Pérez, no artigo “Pensamiento y no solo acción: sobre la valiosa aportación peninsular a la teoría *queer*”¹⁴ entre outros artigos da publicação. Contudo, resta pensar até que ponto queremos uma institucionalização da homossexualidade nos termos apresentados pelo capitalismo tardio (JAMESON, 1996). Essa institucionalização também precisa ser equacionada em termos da Academia: será possível uma institucionalização do pensamento *queer*? Institucionalizar o *queer* não seria o mesmo que vinculá-lo às amarras do cânone literário que tanto se intenta questionar?

¹⁴ “Pensamento e não apenas ação: sobre a valiosa contribuição peninsular para a teoria *queer*”. Cito Jorge Pérez (2010, p. 156): “A teoria *queer* não é o mesmo que os estudos *gays* e *lésbicos*, da mesma forma que as práticas e discursos *queer* não são sinônimos da identidade *gay* defendida por ativistas e teóricos que lideram as posições integracionistas que priorizaram a luta por avanços legais como a ampliação do conceito de matrimônio. De fato, as práticas *queer* se articulam como tentativa de dismantelar a naturalização de uma suposta identidade *gay* essencial e fixa”. A tradução é minha.

2 SUBALTERNIDADE E HETEROTOPIA

*Sigo albergando la esperanza de que
las minorías sexuales formen una
coalición que trascienda las
categorías simples de la identidad,
que rechaze el estigma de la
bisexualidad, que combata y suprima
la violencia impuesta por las normas
corporales restrictivas.*

Judith Butler

*El concepto de diferencia no tiene de
por sí nada de ontológico.*

Monique Wittig

Discutirei, neste capítulo, uma ideia-chave nos escritos de Michel Foucault, a heterotopia, lançando mão do romance *O Bom-crioulo* como exemplo paradigmático da constituição de uma possível historiografia “fora do armário” compreendida como um espaço heterotópico. Além disso, manejando o conceito de “textualidade cultural subalterna”, argumentarei a favor de um entendimento de certa literatura de centralidade homossexual como forma de enfrentamento da hegemonia heterossexual e estabelecimento de *espaços de compensação*, conforme indica o próprio Foucault em *As palavras e as coisas* (2000).

No Capítulo denominado “Notas para uma historiografia fora do armário” aponto a importância de o crítico literário destacar as “plumas, brilhos e trejeitos” dos textos literários, como que retirando-os do armário. Conforme indica Denilson Lopes (2002), seria preciso, ainda, “estabelecer um movimento de dois sentidos entre o passado e o presente, que eventualmente atualize as obras do passado

ou torne as obras do presente menos isoladas” (p. 125). Essa literatura, que durante todo esse trabalho chamarei “de centralidade homossexual”, recebe, no mesmo Lopes (2002), o nome de “homotextualidade”, termo que faz referência a uma possível “rede de afinidades” (p. 124) entre os textos de/para/sobre homossexuais. Para fins de evitar o impasse terminológico, lanço mão da expressão “literatura de centralidade homossexual”¹⁵.

O romance *O Bom-crioulo*, publicado pela primeira vez em 1895, às vésperas do novo século, guarda, assim mesmo, muito da estética naturalista, cunhada no cientificismo, e que procurava dar uma explicação “científica” dos fenômenos da vida, tanto biológica quanto cultural. O contexto de aparecimento desse romance é aquele que cria o termo “homossexual”, associando-o à doença e à perversidade, mas que, por outro lado, acaba por, simultaneamente, dar à luz ao sujeito hegemônico, que se queria natural: o homem heterossexual. Dessa forma, ao dedicar as páginas da ciência à descrição da homossexualidade e dos próprios sujeitos que a ilustram, essa metade final do século XIX reuniu, sob uma rubrica única, sujeitos cujo comportamento e cuja performance sexuais discrepavam daqueles praticados por um outro, antes também invisível, porquanto naturalizado, heterossexual.

Essa literatura, que neste trabalho entendo como fundadora das textualidades cujo centro é a homossexualidade, põe em evidência sujeitos que mais tarde a crítica cultural entenderia como subalternos, tematizando, em um só tempo, raça e sexualidade, ponto alto das chamadas “teorias da subalternidade”, notadamente os estudos pós-coloniais e os estudos *queer*. Mais adiante me dedico a comentar algumas repercussões (literárias) ocasionadas pelo imbricamento de raça e sexualidade. Antes, no entanto, de prosseguir nessa seara, quero tratar da constituição dos *espaços heterotópicos* e tecer algumas considerações acerca da natureza das textualidades subalternas enquanto possibilidades de derrisão do que Beatriz Preciado (2011) chamou “império (hetero)sexual”, em leitura de Monique Wittig e do próprio Michel Foucault.

¹⁵ Para mais detalhes sobre os “perigos” do uso do termo “homotextualidade”, consultar Anselmo Peres Alós (2010, p. 853-854).

2.1 Literatura heterotópica

As heterotopias, conforme afirma Foucault (2000, p. 12):

inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não somente aquela que constrói as frases — aquela, menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. Eis por que as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula; as heterotopias (encontradas tão frequentemente em Borges) dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases.

Essa citação de Foucault evidencia a natureza das heterotopias, mostrando suas distinções da utopia e vinculando-as ao logicamente impensável, à distorção mesma da linguagem. Essas afirmações são feitas a partir da leitura da enciclopédia chinesa inventada por Borges¹⁶, que imagina uma lista de seres “exóticos”. Foucault ri, europeia e “estrutulaticamente”, dos animais criados pelo escritor argentino, interpretando a heterotopia como o local de justaposição e encontro de seres tão monstruosos, que transgrediriam a imaginação:

A monstruosidade que Borges faz circular na sua enumeração consiste, ao contrário, em que o próprio espaço comum dos encontros se acha arruinado. O impossível não é a vizinhança das coisas, é o lugar mesmo onde elas poderiam avizinhar-se. (2000, p. 9).

Foucault se refere justamente ao “local mesmo onde elas [as coisas] poderiam avizinhar-se”, quer dizer, à heterotopia. As utopias, por exemplo, têm um referente, que é a “realidade”, o mundo social; contudo, as utopias não possuem um lugar real, pois “apresentam a sociedade numa forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário. Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irreais” (FOUCAULT, 1967, p. 4).

¹⁶ Conforme indica Juan Pablo Chiappara (2006, 2007), provavelmente Foucault se esteja referindo ao texto “El idioma analítico de Kohn Wilkins”.

As heterotopias, por outro lado, produzem inquietação e emaranhamento epistemológico, porque aproximam o que não convém (FOUCAULT, 2000, p. 11), mas que, se pensarmos a partir da teoria *queer*, são inconvenientemente necessários¹⁷. Explico: por discutirem e se apresentarem como um “contra-lugar”, as heterotopias questionam o natural e o legítimo, abrindo fissuras nos discursos que tornam os sujeitos viáveis. Nesse sentido, as heterotopias reuniriam, em um só local (ou espaço), o que deveria, a partir da perspectiva do imperialismo heterossexual, ocorrer “alhures”, ou até mesmo “nenhures”, conforme destaca Foucault:

Por exemplo, o colégio interno, na sua forma novecentista, ou o serviço militar para os jovens rapazes, são algo que desempenham esse papel, visto que as primeiras manifestações de virilidade sexual devem ocorrer “alhures” que não o lar ou o lugar de origem. E até meados do século vinte, existia para as raparigas a “viagem de lua-de-mel”, que é uma tradição de temática antiga. A desfloração das jovens raparigas deveria ocorrer “nenhures” e, quando isso acontecia no comboio ou no hotel da “lua-de-mel”, acontecia de facto nesse lugar de “nenhures”, nessa heterotopia sem limites geográficos. (FOUCAULT, 1967, p. 5).

Talvez a ideia de “entre-lugar” (SANTIAGO, 1978) possa ser aproximada da de heterotopia, uma vez que ambas tocam a questão do lugar que não é este, que não é o referente da linguagem, mas um outro, nebulosamente localizado na não correspondência do significante com o significado. Isso que eu chamo “não correspondência” é o que causa o embaralhamento dos sentidos – da significância, e é justamente aí que a ordem das coisas pode ser solapada e ter sua constituição inquirida e contestada. Mas o que realmente acercaria entre-lugar e heterotopia seria a potencialidade que essas acepções possuem de “quebrar as relações unidirecionais entre o que antes chamávamos metrópole/colônia, 1º mundo/3º mundo, centro/periféria” (LOPES, 2012, p. 6), a sua capacidade de produção de “entre-tempos” e “contra-narrativas”.

Assim, a heterotopia pode ser entendida como um entre-lugar, e não em

¹⁷ Como afirmei no capítulo teórico-introdutório, a teoria *queer* coloca sob questionamento os lugares fixos de mulheres e homens, de homossexuais e heterossexuais, provocando um distensão da heterossexualidade compulsória até o ponto em que os binários se romperiam e desmantelando as opressoras normas de gênero e sexualidade, oriundas dessas do imperialismo heterossexual (BUTLER, 2003; BUTLER, 2007, prefácio de 1999).

um sentido de um lugar que está no meio, que se situa entre uma coisa e outra, mas, sim, como espaço de desestabilização dos binários e redefinição dos sentidos, em suma, como um *espaço de derrisão da heterossexualidade compulsória*. E é nesse ponto da argumentação que quero inserir o romance *O Bom-crioulo*, tomando-o, e com isso quero dizer a própria literatura de centralidade homossexual em si, como heterotopia, como espaço em que as utopias são realizadas, e no qual a heterossexualidade compulsória, nos termos de Judith Butler (2003), encontra seu limite.

A própria literatura de centralidade homossexual, nesse caso *O Bom-crioulo*, pode ser tomada como espaço heterotópico, portanto, exatamente pelo motivo de ser a concretização da utopia homossexual: o amor entre dois homens. Esse romance põe em questão o relacionamento afetivo-sexual de dois marinheiros, um negro, Amaro, e outro branco, Aleixo, cujo envolvimento define o eixo da diegese e localiza alguns espaços físicos e simbólicos como sítios de concretização do amor homossexual. Tais símbolos, como, por exemplo, o marinheiro, encontra ainda hoje eco, sobretudo na indústria pornô e em certa produção literária. Sobre os ecos literários, afirma Denilson Lopes (2002, p. 127):

A imagem do marinheiro e sua ambivalência exclusivamente masculina – “os corpos indistintos no convés (*Bom-crioulo*, p. 72) – não rendeu muito na literatura brasileira, a destacar trabalhos de Gasparino Damata e sua aparição fantasmática na novela “O Marinheiro”, de Caio Fernando Abreu em *Triângulo das Águas*, ou com sua mescla de violência e fraternidade masculinas, em “A hora do aço”, também de Caio Fernando Abreu, em *Ovelhas Negras*. (...) O marinheiro encontra ainda eco na figura do estrangeiro onde quer que ele vá, dentro da ficção contemporânea, seja pela deriva de corpos e sexualidades na ficção de João Gilberto Noll e Bernardo de Carvalho, seja pela solidão de contos de Silviano Santiago e Caio Fernando Abreu.

Dessa maneira, tanto a homossexualidade quanto o homossexual ganham, com o advento da publicação de *O Bom-crioulo*, um espaço de existência, aqui entendido como heterotópico; e para além da compreensão do próprio texto enquanto espaço de heterotopia, há símbolos, dentro da diegese, que tornam possível a materialização do desejo homoerótico: a corveta e o quarto da rua da misericórdia¹⁸. Mas em se tratando do próprio texto como realização da utopia

¹⁸ Falei desses locais mais detidamente em meu trabalho de conclusão de curso de graduação

homossexual, que é o que aqui majoritariamente me interessa, vale dizer que essa interpretação é apenas possível se devidamente consideramos a relação dessa textualidade com o seu contexto histórico. Como antes aponte, o século XIX funda certa identidade homossexual e a transforma no Outro abjeto da normalidade, da heterossexualidade. E é a partir dessa mirada que leio, por exemplo, os romances *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, e *O Barão dos Lavos* (1891), do escritor português Abel Botelho. O primeiro, vinculado ao projeto cientificista decimonônico, e, o segundo, ao processo de transformação histórica de uma aristocracia ociosa para uma burguesia produtiva¹⁹.

Se, por um lado, em *O Bom-crioulo* o amor entre dois homens se materializa, enquanto utopia homossexual, via texto, literatura heterotópica, em *Stella Manhattan*, romance que a seguir abordarei, ela provocará o deslocamento da personagem protagonista, Eduardo Costa e Silva/Stella Manhattan, a Nova Iorque, em um processo de deriva sexual. A literatura de centralidade homossexual, então, ao longo de quase cem anos – da publicação do romance de Caminha à do romance de Santiago – resiste à heterossexualidade compulsória e se reformula visando à desconstrução do sujeito hegemônico do Ocidente, como antes afirmei, declinado na branquitude e na heterossexualidade (ALÓS e SCHMIDT, 2010). No primeiro romance, a heterotopia é apreendida por intermédio do contexto histórico no qual *O Bom-crioulo* se insere, fins do século XIX; já em *Stella Manhattan*, por conta de um elemento de cariz estético, a deriva sexual, como marca, no interior do texto, heterotópica.

Quero retornar a Foucault (1967, p. 4) e avançar no entendimento das heterotopias. Assevera ele que elas podem ser compreendidas por meio da analogia com o espelho:

O espelho é, afinal de contas, uma utopia, uma vez que é um lugar sem lugar algum. No espelho, vejo-me ali onde não estou, num espaço irreal, virtual, que está aberto do lado de lá da superfície; estou além, ali onde não estou, sou uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali onde sou ausente. Assim é a utopia do espelho. Mas é também uma heterotopia, uma vez que o espelho existe na realidade, e exerce um tipo de contra-ação à posição que eu ocupo. Do sítio em que

(LUCAS LIMA, 2010).

¹⁹ Essa leitura recebeu valiosa ampliação a partir das conversas com o professor José Luis Giovanoni Fornos, orientador desta dissertação de mestrado.

me encontro no espelho apercebo-me da ausência no sítio onde estou, uma vez que eu posso ver-me ali. A partir deste olhar dirigido a mim próprio, da base desse espaço virtual que se encontra do outro lado do espelho, eu volto a mim mesmo: dirijo o olhar a mim mesmo e começo a reconstituir-me a mim próprio ali onde estou. O espelho funciona como uma heterotopia neste *momentum*: transforma este lugar, o que ocupo no momento em que me vejo no espelho, num espaço a um só tempo absolutamente real, associado a todo o espaço que o circunda, e absolutamente irreal, uma vez que para nos apercebermos desse espaço real, tem de atravessar esse ponto virtual que está do lado de lá.

A analogia do espelho realizada por Foucault ensina que a heterotopia tem implicações na “realidade”, na materialidade mesma das coisas do mundo. Quando tomo a literatura de centralidade homossexual (*O Bom-crioulo*) enquanto heterotopia, penso exatamente na potencialidade dessa literatura para exercer uma “contra-ação” à realidade da homossexualidade, transformando e obliterando, no caso específico do romance *O Bom-crioulo*, as percepções enfermizas acerca dela. Como afirmou Leonardo Mendes (2000, p. 211): “se o homossexual não pode ser feliz, ao menos ele pode existir”.

Não se tratar de superestimar “o romance maior de Adolfo Caminha”, conforme entende Lucia Miguel Pereira (1988), mas, sim, de fundamentar sua leitura como uma primeira tentativa de derrisão da heterossexualidade compulsória, legitimando propostas como a de Denilson Lopes (2002), que almeja uma “história da homotextualidade” (p. 121) na literatura brasileira. Ao ensaiar o solapamento – a derrisão – da heterossexualidade compulsória, *O Bom-crioulo* produz, no dizer de Karl Posso (2009), “devires”, quer dizer, possibilidades de transformação da realidade que oprime, não apenas gueis, lésbicas e outras identidades e sexualidades contra-hegemônicas, mas também a própria opressão em si, enquanto forma de exercício de poder sobre o outro.

Com efeito, e por isso chamei “ensaio”, a narrativa em questão não logra minar os papéis fixos de homens e mulheres, de héteros e homos; em momentos, tais lugares são legitimados e reafirmados a partir de sua reprodução performática nos papéis de gênero de Amaro e Aleixo, protagonistas do romance. Mas, a partir de Butler (2003, p. 56), faço uma ressalva:

A “presença” das assim chamadas convenções heterossexuais nos contextos homossexuais, bem como a proliferação de discursos especificamente gays da diferença sexual, como no caso de “*butch*” e *femme*” como identidades históricas de estilo sexual, não pode ser explicada como a representação quimérica de identidades originalmente heterossexuais. E tampouco elas podem ser compreendidas como a insistência perniciosa de construtos heterossexistas na sexualidade e na identidade gays. A repetição de construtos heterossexuais nas culturas sexuais gay e hetero bem pode representar o lugar inevitável da desnaturalização e mobilização das categorias de gênero.

Tendo o cuidado de não idealizar o romance de Caminha, ou de produzir um anacronismo de leitura, vale dizer, sem embargo, que a representação da homossexualidade, mesmo que atrelada ao ideário médico-científico do século XIX, é re-presentada para além de um homossexualismo de caserna, vindo a ser inscrita em um formato de desejo que ultrapassaria o determinismo do meio ou da biologia. Talvez esse seja o argumento mais poderoso no que se refere ao questionamento dos caracteres naturalistas no romance de Caminha. Parece-me que, ao parcialmente descolar a homossexualidade da contingência dos trabalhos do mar, da vida de marinheiro – quem sabe até mesmo da “degradada” negritude de Amaro, o romance abre uma senda interpretativa que busca “normalizar”, ou, poderíamos dizer, apreendê-la enquanto possibilidade afetivo-sexual da experiência humana. Quero fazer uma distinção, no entanto, entre naturalizar, no sentido de contingencial, por um lado, e como oposição a desvio, a erro e perversão, por outro. Quando afirmo que o narrador em *O Bom-crioulo* obra em vias de “desnaturalizar a homossexualidade de Amaro”, quero chamar a atenção para o trabalho que ele empreende visando a, em partes, combater o determinismo do meio e o determinismo da raça, pilares fortes do Naturalismo. Transcrevo um trecho do romance em que o narrador admite a “naturalidade” da homossexualidade de Amaro:

Não se lembrava de ter amado nunca ou de haver sequer arriscado uma dessas aventuras tão comuns na mocidade, em que entram mulheres fáceis, não; pelo contrário, sempre fora indiferente a certas coisas, preferindo antes a sua pândega entre rapazes a bordo mesmo, longe das intriguinhas e fingimentos de mulher. Sua memória registrava dois fatos apenas contra a pureza quase virginal de seus costumes, isso mesmo por uma eventualidade milagrosa: aos vinte anos, e sem o pensar, fora obrigado a dormir com uma rapariga de Angra dos Reis, perto das Cachoeiras, por

sinal dera péssima cópia de si mesmo como homem; e, mais tarde, completamente embriagado, batera em casa de uma francesa no largo do Rocio, donde saíra envergonhadíssimo, jurando nunca mais se importar com “essas coisas”...²⁰

É como se o narrador, em *O Bom-crioulo*, obrasse no sentido de retirar a suposta “essência” da sexualidade enfermeira de Amaro, cuidando para não associá-la à inevitabilidade da vida no mar, à vida entre homens, o que implicaria um determinismo. Arriscaria dizer que Adolfo Caminha traz à baila uma discussão que somente aparecerá com o advento do feminismo de *O Segundo Sexo*, em que Simone de Beauvoir afirma que “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”, em clara alusão à negação de um biologicismo determinista, que imputava características intrínsecas a mulheres e homens. Assim, em *O Bom-crioulo*, a homossexualidade não encontraria uma explicação nem biológica nem contingencial, no sentido de determinista, mas, sim, como paradigma mesmo da sexualidade humana, pondo sob suspeita o lugar de hegemonia da heterossexualidade. Certo é que, como era de se esperar, o amor dos marinheiros não resistirá às investidas das “intempéries” homofóbicas, digamos assim, para usar um termo que nos é mais próximo, do final do século XIX; no entanto, como já venho apontando, essa narrativa tem de ser tomada como um ensaio, como heterotopia, como uma ligeira suspensão da realidade opressora que, mesmo em *Stella Manhattan*, portanto em um Ocidente pós-revolução sexual, seguirá relegando lésbicas, travestis e gueis à margem da linguagem, à viabilidade heterotópica da literatura de centralidade homossexual.

Nesse sentido, é possível afirmar que a literatura de centralidade homossexual, aqui tomada como textualidade heterotópica, promove uma verdadeira “insurreição” contra o esquema de exclusão hegemônico heterossexual, utilizando-se da linguagem, na esteira de Monique Wittig e Judith Butler, como “um instrumento ou utensílio” (BUTLER, 2003, p. 50) de ataque às exclusões. E mesmo que eu queira evitar a contenda em torno, de um lado, uma literatura *gay*, que apelaria para a explicitação do desejo homossexual, e, de

²⁰ Utilizo a edição da Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Essa edição está disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/bom_crioulo2.pdf. A partir daqui, quando da referência ao romance *O Bom-crioulo*, informo apenas o número da página.

outro, uma literatura sinuosa, ou como, em paráfrase a Silvano Santiago, poderíamos dizer uma “literatura malandra”, certo é que ambas literaturas se constituem textualidades heterotópicas, uma vez que a homossexualidade, ainda em nossos dias, não alcançou o *status* de sexualidade e afetividade institucionalizadas.²¹

Quero chamar Karl Posso à conversa, quando ele diz que “a qualidade artística desaparece [da literatura *gay*] porque o tema explícito homossexual chama uma certa audiência que precisa desesperadamente testemunhar algo que reflita e conseqüentemente legitime os seus próprios desejos”. Ora, Posso, ao mitigar a relevância (ou valor) artística(o) da “literatura *gay*” por conta da explicitação do desejo guei, ao mesmo tempo deixa patente que os e as homossexuais precisam apelar para a literatura com vistas a verem concretados seus desejos: relacionais (namoro, casamento) e jurídicos (direitos cidadãos), por exemplo. Assim, de qualquer forma, tanto a literatura dita *gay* quanto aquela produzida pelos “mestres da escrita homossexual no Brasil” (POSSO, 2008, p. 1025), podem ser compreendidas como literatura heterotópica, isto é, como escárnio do lugar real que ocupamos²², espaço em que a homofobia, social e institucional, ainda medra ilesa.²³

2. 2 Espaços de compensação

Quero seguir com a argumentação acerca da força heterotópica da

²¹ O romance *Rato*, de Luís Capucho (2007), apenas para citar um exemplo contemporâneo, deixa o lugar marginal, digamos assim, da homossexualidade, bem patente ao localizar a experiencição do desejo homoerótico na “Cabeça de Porco”, casa velha em que a personagem protagonista reside, e nos matagais e lugares abandonados da cidade do Rio de Janeiro.

²² E aqui quero me assumir enquanto sujeito do discurso, deste lugar em que escrevo, igualmente heterotópico, no qual busco incidir sobre a produção de sentidos.

²³ Assistimos, perplexos, às investidas das bancadas evangélica e católica no Congresso Nacional para impedir que projetos de direitos humanos lgbt, como o PCL 122/06 e o Estatuto da Diversidade Sexual, avancem rumo à aprovação. Todos os anos, o Grupo Gay da Bahia (GGB), organização da sociedade civil sem fins lucrativos, divulga o Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais. Alarmantemente, só em 2010, foram documentados duzentos e sessenta (260) assassinatos de gueis, travestis e lésbicas, que, nas palavras de Luis Mott, fundador do GGB, é um verdadeiro “homocídio”. Para mais informações, conferir <http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html>.

literatura de centralidade homossexual a partir da epígrafe deste capítulo, citação que revela o desejo de Butler no que se refere à superação do uso de categorias identitárias no seio das minorias sexuais. Diz ela que seu anseio se localiza na formação de “una coalización (...) que combata y suprima la violencia impuesta por las normas corporales restrictivas” (2007, p. 32)²⁴, coalização essa que encontra sua base na complexidade da sexualidade e em suas implicações nas “distintas dinâmicas do poder institucional”. Quer dizer, insistir na condição de minoria sexual é preciso, para além das categorias de identidade gwei ou lésbica, com vistas a tornar mais efetivo o “combate coletivo” daqueles que vivem à margem da sexualidade e da inteligibilidade cultural. De igual forma, Beatriz Preciado (2011, p. 16), no artigo “Multidões *Queer*: Notas para uma Política dos Anormais”, ao comentar o que ela chama “políticas das multidões *queer*”, assevera que é preciso insistir no questionamento dos processos que normalizam e abjetizam os corpos:

A multidão *queer* não tem relação com um “terceiro sexo” ou com um “além dos gêneros”. Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexo-políticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes”. Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma *multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais” (...)*. (o grifo é meu)

Nesse sentido, a leitura das textualidades culturais subalternas, no nosso caso aqui dos romances *O Bom-crioulo* e *Stella Manhattan*, passa pela superação da ideia de “literatura *gay*”, como mais atrás comentei ao citar Karl Posso, deslocando-se para uma que procede ao enfrentamento da hegemonia heterossexual como forma única de legitimação dos sujeitos. A literatura de centralidade homossexual, portanto, lida a partir dessa chave questionadora, inquisitiva, produz verdadeiros espaços de heterotopia e de compensação, tornando possível a formação de sua própria hegemonia. Se, como afirmou Hommi Bhabha (1998, p. 97), a subalternidade se caracteriza pela falta de hegemonia, ou pela sujeição à “influência ou hegemonia de outro grupo social”, as

²⁴ A referência que aqui se faz é ao Prefácio de 1999, presente na versão de *Problemas de Gênero* em língua espanhola.

textualidades culturais subalternas desempenham uma poderosa ação, ou melhor, *contra-ação*, ao permitir, no não-lugar da linguagem (FOUCAULT, 2000, p. 10), a concretização de possibilidades alternativas de sexualidade e afetividade.

O *Bom-crioulo*, assim, constitui-se como heterotopia e espaço de compensação ao sugerir que uma vida afetivo-sexual entre homens é não só possível como, ainda, viável. Muito embora a relação dos dois marinheiros não seja perene, terminando em tragédia, e seria muito, quem sabe, esperar o contrário, afirma o narrador do romance que os amantes tinham uma “confiança de noivos” (p. 65) e que Bom-Crioulo, ao saber da traição de Aleixo, expressou uma mirada “dolorosa, uma extraordinária, uma indizível expressão de melancolia e surpresa” (p. 67), deixando a descoberto toda a dor por conta da perda do “grumetezinho”, como carinhosamente se referia ao “belo marinheiro de olhos azuis, muito querido por todos e de quem diziam-se 'coisas’” (p. 7).

Retornando a Preciado, é possível não só ler o romance de Caminha como instrumento de derrisão, como se disse, da heterossexualidade compulsória, como, ainda, metonimicamente, tomar as textualidades culturais subalternas enquanto ferramentas de incisão nas “disciplinas de saber/poder” que legitimam a formação de conhecimentos na historiografia literária e nos estudos literários. Podem essas textualidades intervir culturalmente nas percepções em relação ao gênero, ao sexo e à orientação sexual? Em que medida uma leitura de base *queer* dessas textualidades pode arruinar os processos que instituem o “normal” e o “anormal”, a “norma” e o “desvio”? Para além de proceder a uma investigação que localizasse as “intenções” de Caminha, por exemplo, com a escrita de *O Bom-crioulo*, ou que detectasse a recepção do público em fins do século XIX – momento de publicação do romance, o que atine, aqui, é a mirada que, do presente, lançamos a esse texto, as formais como o consideramos no sistema literário brasileiro e suas contribuições para a derrocada dos paradigmas de matiz homofóbico e sexista na formação de saberes.

Butler (1998) faz uma relevante asserção, que aqui nos é muito útil, quando afirma que “o poder permeia o próprio aparato conceitual que busca negociar seus termos, inclusive a posição de sujeito do crítico” (p. 19), chamando a atenção para o entendimento dos “termos da crítica no campo do poder” como

“pré-condição de uma crítica politicamente engajada”. Assim, percebo que se tomamos a historiografia literária – e os próprios estudos literários – como neutra ou “universal”, caímos no erro que ignora a presença do poder no interior dos discursos disciplinares. O que a historiografia e os estudos literários de modo geral **autorizam** quando procedem à leitura de textualidades de centralidade homossexual? E o que não autorizam eles? Chamo, mais uma vez, Butler (1998, p. 21-22):

Dentro do contexto político do pós-colonialismo contemporâneo, talvez seja especialmente urgente sublinhar a própria categoria do “universal” como lugar de insistente disputa e re-significação. Tendo em vista o caráter contestado do termo, supor desde o início uma noção instrumental ou substantiva do universal é impor uma noção culturalmente hegemônica sobre o campo social. (...) O termo “universalidade” teria de ficar permanentemente aberto, permanentemente contestado, permanentemente contingente, a fim de não impedir de antemão reivindicações futuras de inclusão.

Essas afirmações de Butler apontam para a necessidade de considerar o “universal” como potencialidade contingente, como um tropos sempre em deslocamento, em deriva. Uma *deriva teórica* que indicasse a constituição de outras universalidades, a formação de lugares outros – heterotópicos – visando ao solapamento da ditadura da hegemonia étnico e hétero centradas. *O Bom-Crioulo*, nesse sentido, funcionaria mais como metonímia, como se disse, das textualidades de centralidade homossexual do que, efetivamente, literatura que realiza o que quero quando digo “derrisão da heterossexualidade compulsória”. Mas, mesmo assim, o romance *sugere* e *ensaia* pequenos, porém não menos significativos, câmbios epistemológicos/paradigmáticos ao pôr sob suspeita a condição “ontológica” da diferença. Quem é Amaro, para além dos vícios do Naturalismo, senão um homem perdidamente apaixonado que tenta, sem sucesso, é verdade, estabelecer uma relação perene com outro homem? Que, após traído, vingasse, com o fio da navalha, de seu amante?

A liberdade dos corpos e prazeres, como síntese do político, materializa-se a partir da narrativa de *O Bom-Crioulo* como um poderoso ardil cujo objetivo é a superação tanto da subalternidade de cariz étnico quanto a de cariz sexual. É uma leitura política, portanto, que faço das textualidades subalternas de

centralidade homossexual, de maneira ampliada, e de *O Bom-Crioulo*, de maneira mais específica. Diz Monique Wittig, em “El Pensamiento Heterocentrado” (1978, p.7):

En efecto, la sociedad heterosexual está fundada sobre la necesidad del otro diferente en todos los niveles. No puede funcionar sin este concepto ni económica, ni simbólica, ni lingüística, ni políticamente. Esta necesidad del otro diferente es una necesidad ontológica para todo el conglomerado de ciencias y de disciplinas que yo llamo el pensamiento heterocentrado. Ahora bien, ¿qué es el otro diferente si no el dominado? Porque la sociedad heterosexual no es la sociedad que oprime solamente a las lesbianas y a los hombres homosexuales, oprime a muchos otros diferentes, oprime a todas las mujeres y a numerosas categorías de hombres, todos los que están en la situación de dominados.

Wittig põe a descoberto a concepção que entende como ontológico o conceito de diferença. Suas afirmações se empenham a demonstrar que, para a sociedade heterossexual – cuja base é a heterossexualidade compulsória, a existência de um outro, de um diferente, é *imprescindível* para seu funcionamento, para sua viabilidade. Isso me conduz a asseverar que promover a suspensão da noção de “outro”, de “diferente”, inquirindo a categoria do “universal”, é fazer oscilar a própria estrutura que sustenta a sociedade heterocentrada, é experimentar a heterotopia.

3 LITERATURA DE DERIVA E EXÍLIO SEXUAIS

*Nuestra tarea es hacer cosas, pero
¿qué cosas?, ¿hacer qué?, ¿queda
algo por hacer?, ¿no lo hemos
conseguido todo ya?, ¿no nos
podemos casar y operar?, ¿queda un
porvenir de discurso y reivindicación
por explorar?*

Paco Vidarte

Proponho, aqui, a *deriva* e o *exílio sexuais* como categorias estéticas e políticas manejadas em *Stella Manhattan* visando a, estrategicamente, provocar o que venho chamando, a partir de alguns autores e autoras, *derrisão da heterossexualidade compulsória*. Discutirei o conceito de *deriva sexual* com o auxílio de Deleuze e Guattari, e o de *exílio*, a partir de Said, articulando a leitura de tais autores com outros do repertório crítico pós-estruturalista, sobretudo Michel Maffesoli e Judith Butler.

O romance *Stella Manhattan* põe a descoberto o interdito da homossexualidade, demonstrando que a sociedade regula o político e o sexual por meio da exclusão: nessa narrativa, Eduardo Costa e Silva/Stella Manhattan, brasileiro homossexual (ou homossexual brasileiro²⁵), é enviado²⁶,

²⁵ A intenção do parêntese e desta nota não é problematizar a suposta primazia de um construto sobre outro, mas, sim, chamar a atenção para o fato de a homossexualidade de Eduardo se apresentar, ao longo do romance, como elemento que enseja a formação de redes de solidariedade no estrangeiro. Talvez, como afirma Paco Vidarte (2007), sejamos bichas e estudantes, sapatas e professoras, e não como o quer a sociedade heteronormativa, profissionais com uma “pitada” de homossexualidade. Mais adiante, quando da discussão em torno da rearticulação do nacional, discuto esse assunto mais de perto.

²⁶ Como um parêntese, valeria dizer que, atualmente, devido ao incremento das vagas de graduação nas instituições federais de ensino superior – via SISU, em especial após a ascensão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2002, muitos estudantes homossexuais viram nessa ampliação de vagas a oportunidade para saírem de seus lares, muita das vezes homofóbico, e assumirem suas identidades sexuais em geografias mais tolerantes. Em Rio Grande, cidade em que cursei o mestrado ao qual esta dissertação está vinculada, o Coletivo Camaleão, agremiação contrária à homofobia social e institucional, é composta de dezenas de estudantes nessa condição.

compulsoriamente, a Nova Iorque, no que aqui denomino “exílio”, por conta de sua sexualidade não desejada, verdadeira excrescência e abjeção para sua família e, por extensão, para seu país – e daí a necessidade de exclusão da “família nacional”, onde, depois de uma série de acontecimentos que remetem à história recente brasileira em torno da ditadura militar, vem a desaparecer sob o céu cinza de Nova Iorque. *Stella Manhattan*, além disso, aposta na deriva sexual como ferramenta-chave no processo que pretende solapar a hegemonia da heteronormatividade e de suas insidiosas e persistentes artimanhas. Quero chamar a atenção para o intercâmbio proposital que faço entre os termos heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. A partir da década de sessenta, sobretudo devido aos movimentos de liberação sexual, de visada feminista, e a Revolta de Stonewall, parece-me que a heterossexualidade deixou de ser compulsória – veja-se, por exemplo, a proliferação das paradas e marchas de orgulho gay ou toda a produção cultural (e comercial), como filmes, livros, moda, dedicada a um público homossexual e burguês –, passando a exercer sua hegemonia de maneiras renovadas, a partir de um complexo empreendimento – que pretende produzir corpos *straight* – conhecido como heteronormatividade. Nesse sentido, mesmo não sendo a heterossexualidade uma imposição das sociedades contemporâneas – e penso, quase que exclusivamente, nas sociedades ocidentais – torna-se ela uma base transversal de dispositivos que regulam e produzem tanto sujeitos héteros quanto sujeitos homo e trans.

Junto com Silvano Santiago e Denilson Lopes, é possível afirmar, ainda, que *Stella Manhattan* oferece um modelo que não é modelo, e, portanto, um “contra-modelo”, bem ao gosto da articulação pós-estruturalista, à opressão e consequente exclusão dos homossexuais que não aceitam adequar-se ao sistema sociocultural gestado pelo sujeito hegemônico do ocidente: o devir enquanto potencialidade política, enquanto liminaridade. Esse movimento, o do devir ou deriva, além de se constituir, segundo defendo, em um poderoso estratagema contra as ciladas da heteronormatividade, promoveria a incerteza e a indecidibilidade (POSSO, 2009) no lugar do embate e do confronto abertos, o que, talvez, seja mais eficaz, já que deixaria o “inimigo” – a exclusão homófoba – sem saber como proceder.

3.1 A Liminaridade das identidades em exílio

A personagem Eduardo Costa e Silva/Stella Manhattan tem uma existência cindida ou “dobradiça”, como o quer o próprio Santiago, movendo-se ora por intermédio de uma identidade que remonta à sua brasilidade – Eduardo, funcionário do consulado brasileiro, ora por meio de um eu pautado pelo *camp*, pelo exagero travesti de Stella Manhattan, epônimo que aponta para o desejo de *escarnecer* do exílio sexual no qual Eduardo se encontra. A ideia de “derrisão” da heterossexualidade compulsória tem estreita relação com a performance *camp* de Stella Manhattan uma vez que pretende minimizar os danos causados pelo exílio sexual impostos a Eduardo Costa e Silva. O *camp*, nesse sentido, e a noção de excesso, que lhe é intrínseca, contribuem nesse processo que tem por objetivo escarnecer da ordem sexista presidida pela heterossexualidade. Na passagem a seguir, Stella, deprimida após a noite de “amor” com o garoto-de-programa Rickie, reflete por meio do narrador:

Sem querer um dia encontrou o remédio certo contra as angústias noturnas: lembrou-se de uma música de Dircinha Batista, cantarolou-a, depois de outra de Ângela Maria, idem, e mais tarde outra de Dalva de Oliveira, junte tudo o que é teu, teu amor, teus trapinhos, junte tudo o que é teu e saia do meu caminho, e aí achou graça porque já estava achando graça do pesadelo e da dor que oprimia o seu coração. Já sorria bem-humorado, pensando no seu lado coquete e sedutor de *bicha tropical em Nova Iorque* (...) (SANTIAGO, 1985, p. 28. A marcação é minha.)

O trecho destacado no excerto aponta para a tomada de consciência de Stella no sentido de se entender na condição de exilada, de “bicha tropical em Nova Iorque”, situação essa similar à vivida por muitos exilados políticos latino-americanos. Vale dizer que a narrativa inicia com a indicação do ano de 1969, momento emblemático tanto sob o ponto de vista das ditaduras que assolavam a América Latina, notadamente o Brasil – e o recrudescimento do Regime, com a ascensão do general Médici, um pouco antes, em 1967 – quanto pelo advento da Revolta de Stonewall, ocorrida alguns meses atrás na cidade de Nova Iorque, que

deu início ao que atualmente se nomeia “orgulho *gay*”²⁷. Nesse sentido, se há, por um lado, essa tomada de consciência de Stella, esse reconhecer-se brasileira, há, por outro lado, que se destacar que isso se dá no exílio, portanto, a partir do “fora”, e sob o signo cosmopolita e revolucionário das bichas da cidade de Nova Iorque.

Said (2003), em *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, chama a atenção para o fato de a experiência do exílio articular múltiplas identidades e perspectivas que, antes – quando no seio da família nacional, não eram consideradas. E esse é ponto em questão quando destaca ele a construção do nacional a partir do “fora”. Em *Stella Manhattan* a protagonista – e o próprio leitor, ao deparar-se com a estrutura descontínua do romance²⁸ – constrói o Brasil, e consequentemente a *sua* nacionalidade, desde pontos de vista muito distintos, seja através das canções de Dircinha Batista, Dalva de Oliveira ou Ângela Maria, a “inesquecível Sapoti” (SANTIAGO, 1985, p. 28), seja por meio da ideia de “liberdade/libertinagem” (p. 102) que Marcelo, ex-colega de faculdade de Eduardo, elabora para ler a situação na qual o País e os exilados se encontram, além das reflexões dos narradores ao longo do texto. A noção de “libertinagem” para substituir a de “liberdade” evoca a experiência homossexual da protagonista e das demais personagens do romance, e esse traço, a libertinagem sexual presente nas experiências homossexuais dessas personagens, constitui o eixo que as integrará e as reunirá em uma “nacionalidade” que transcende as fronteiras físicas de um país, como se verá mais adiante.

Quando Said afirma que o exílio indica uma poderosa fratura entre o “eu e seu verdadeiro lar” (2003, p. 46) sua referência de *origem* está bem marcada,

²⁷ A Revolta de Stonewall inaugurou o que modernamente se entende como “visibilização homossexual”, primeiro em locais específicos das grandes cidades estadunidenses, como bares, e, mais tarde, zonas e regiões mais amplas, constituindo as chamadas “zonas liberadas” (NASCIMENTO, FERNANDEZ e MARTINS, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299425_ARQUIVO_ArtigoTerritoriosLGBTemSalvador-usosdoespaco.sociabilidadeeeviolencia.pdf. Data da consulta: 26 de dezembro de 2012). No romance *Stella Manhattan*, as “zonas liberadas” encontram sua representação no Village, que conforma o circuito *gay* nova-iorquino, com alguns bares, entre eles o Envil's, lugar em que Stella e Marcelo encontram o garoto de programa Rickie, episódio este que desencadeará o desaparecimento da protagonista.

²⁸ Karl Posso (2009, p. 45) defende que a estrutura do romance convida a uma “leitura a partir da multiplicidade de personagens e perspectivas fragmentadas ofertadas”. Até mesmo a forma do narrador, em terceira pessoa, aparentemente um mediador entre o leitor e o texto é posta em xeque já que a “própria bifurcação do narrador em vários outros” (idem) – extradiegético e hipodiegético – solapa uma tentativa de leitura linear.

coisa que em *Stella Manhattan* não se verifica, posto que o rompimento com a família, que não deixa de ser profundo, tem suas motivações na sexualidade não desejada de Eduardo Costa e Silva. Mesmo que, ao longo da narrativa, Eduardo expresse seu desejo de retornar ao lar, à casa dos pais, rapidamente essas aspirações se esvanecem por conta da revelação, feita por Vianna, o militar sadomasoquista sobre o qual comento no capítulo seguinte, de sua condição ilegítima de filho. E, antes desse episódio, reflete ele: “Me arrancaram da vida deles como se fosse uma casca de ferida. Cabe a mim fazer o mesmo. Chorar mais é que não vou. Nem lamentar. Já era (...)” (SANTIAGO, 1985, p. 43).

Não pretendo asseverar, com isso, que Said entende, de maneira ontológica – e portanto estática, o conceito de *origem*; no entanto, é preciso dizer que essa noção é central para suas reflexões acerca do exílio; também nos estudos em torno da diáspora, *lato sensu*, a *origem* ocupa lugar de destaque, já que o anseio daqueles que saem do território é, sempre, retornar ao lugar inicial (mesmo que, para muitos, seja isso um sonho distante! Ou que o “lar” já não se apresente mais como outrora). Mas, na narrativa sob análise, entendo que as fraturas causadas pela rejeição da homossexualidade de Eduardo são tão poderosas e dolorosas que a ideia mesma de origem se desfaz, vindo a ensejar a constituição do que poderíamos nomear uma nova “gregariedade”. Quanto a essa nova “gregariedade”, vale dizer que ela põe em dificuldades, em coro à crítica de Michel Maffesoli (2007), ao que esse autor chama “Cidade de Deus”, um arquétipo que faz alusão à sociedade perfeita, cujo centro é o judaico-cristianismo. Destarte, a homossexualidade em *Stella Manhattan* articula novos laços de cumplicidade e partilha, fundando vínculos e reinventando sociabilidades:

A diferença entre a bicha e o heterossexual é que este – seja homem seja mulher – já tem estilos de vida codificados, e o processo por assim dizer de amadurecimento nada mais é do que o de assumir um dos estilos já perfeitamente realizados pelas gerações passadas. É por isso, continuava Marcelo, que o heterossexual é tão pouco inventivo quando chega à idade da razão, fala a língua de quase todos, enquanto a bicha atinge a maturidade pelo constante exercício da imaginação em liberdade, inventando cada dia o seu linguajar, que por isso mesmo tem necessariamente de ser pitoresco. A bicha tem de criar um estilo que acaba por ser a maneira como se encaixa sem neurose e com sucesso dentro da comunidade que é obrigatoriamente

heterossexual. (SANTIAGO, 1985, p. 211-212).

Aqui, a personagem Marcelo, professor universitário e espécie de espião a serviço do comunismo internacional em Nova Iorque, discorre a respeito da busca constante que as *bichas* realizam em torno de “um estilo próprio” (p. 211), pontuando a “imaginação em liberdade” como característica fulcral nesse processo. E é exatamente nesse ponto que são ensejadas novas sociabilidades – ou “socialidades”, como deseja Maffesoli: “face à anemia existencial suscitada por um corpo social demasiado racionalizado, patriarcal, a cultura homossexual destaca a urgência de uma sociedade empática” (MAFFESOLI, 2007, p. 6). A sociedade à qual Maffesoli alude é aquela que Marcelo caracteriza como possuidora de “estilos codificados”, normativa, que rotula como *diferente*, e por isso mesmo *anormal*, outras formas de organização e enfrentamento da realidade. E essa realidade, como afirma Marcelo, é “*obrigatoriamente heterossexual*”²⁹, quer dizer, é regida pela heterossexualidade compulsória, uma vez que, tendo em vista o contexto histórico do romance, ao homossexual eram indicados apenas lugares de abjeção e/ou subversão, como a ideia de que toda *bicha* é comunista, por exemplo, apresentada na narrativa.³⁰

Outro ponto levantado por Marcelo é a invenção que as *bichas* fazem do linguajar, por exemplo. A língua, enquanto sistema de signos, abriga em si mesma um mundo, uma explicação singular para experienciar, ver e entender os sentimentos e as materialidades das coisas do mundo. A eclosão de sexualidades não-normativas, nesse sentido, é possibilitada exatamente por esse processo – o linguístico, posto que a formulação de tais possibilidades sexuais, afetivas e sociais, a homossexualidade, nesse caso, é resultado de uma performance linguística, e não de uma ontologia ou suposta naturalidade. O que se sustenta, aqui, portanto, passa pelo entendimento de que o romance subscreve a

²⁹ O destaque é meu.

³⁰ Em se tratando de heterossexualidade compulsória, especificamente tendo em vista o romance sob análise, entendo que, de fato, ser heterossexual era a única maneira de obter legibilidade social. Por outro lado, se mudamos o pano de fundo e refletimos sobre o tempo presente, e até mesmo antes, sobretudo a partir da criação de um estilo de vida *gay* emanado dos Estados Unidos, é possível afirmar que certas formas de homossexualidade passam a figurar entre aquelas viáveis, possíveis, galardoadas com a participação, não sem problemas, no seio da sociedade. No entanto, mesmo nesses casos, a heterossexualidade segue sendo o centro de referência a partir do qual o mundo recebe suas coordenadas, e a esse processo pode-se nomear “heteronormatividade”.

compreensão pós-estruturalista de sexualidade, qual seja, que ela “é 'aprendida', ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 2000). Sobre a linguagem criada pelos gueis, comenta Paco Vidarte³¹:

La necesidad de crear dicho lenguaje responde, cómo no, a la marginalidad, cuando no a la marginación, de la que la homosexualidad há sido objeto en una sociedad mayoritariamente heterosexual. Ésta sólo ha sido capaz a lo largo de su dilatada historia de producir términos peyorativos, irónicos, ofensivos, ridiculizantes, condescendientes o divertidos, en el mejor de los casos, para referirse a nosotros y a nuestro modo de vivir. De ahí, y ello es un buen síntoma, el surgimiento de un lenguaje privado capaz de vehicular realidades, sentimientos, situaciones, vivencias en primera persona y libre de la mofa, el escarnio y la risa que nuestra vida parece provocar a cierta gente y que se cristaliza en multitud de palabras y expresiones hirientes, pero que todo el mundo utiliza sin darles mayor importancia.

Vidarte confere importância às formas de expressão criadas pelos homossexuais – uma linguagem em “primeira pessoa”³², como afirma ele – amparando-se, principalmente, no entendimento de que tal linguagem torna viável a expressão de experiências a partir do olhar dos próprios homossexuais, sem a mediação ridicularizante dos héteros. E aí reside a relevância de os e as homossexuais passarem de *objetos* e *temas* a *sujeitos* e *protagonistas* do discurso que busca representar e visibilizar as práticas e as sociabilidades gueis (minha referência é o discurso literário neste momento). Além disso, o autor espanhol, mesmo sem indicar de modo claro em seu texto, fornece-nos elementos para afirmar que, de um sistema social regido majoritariamente pela heteronormatividade, somente podem se derivar perspectivas distorcidas – ora

³¹ A referência é o texto “Armario”, disponível no sítio web: <http://www.hartza.com/armario3.htm>. A página “Hartza” é um espaço virtual em língua espanhola cujo principal objetivo é a disseminação do pensamento de autoras e autores vinculados às políticas e teorias *queer*, ou às políticas e “teorias do cu” – ou *anales*.

³² Em outro momento (LUCAS LIMA, 2010) destaquei o significado que cobrava, em *Onde Andará Dulce veiga?* o uso, por parte do narrador desse texto, da primeira pessoa. Em *O Bom-crioulo* a narrativa é conduzida em terceira pessoa – característica hegemônica dos romances naturalistas; contudo, em *Onde Andará Dulce Veiga?*, a protagonista, um jornalista sem nome, é quem toma para si a tarefa de narrar suas aventuras em vias de encontrar a cantora-sombra Dulce Veiga. Dessa forma, e como sabe-se, por pródigos fontes, da homossexualidade de Caio Fernando Abreu, autor desse romance, o homossexual assume-se como sujeito, deixando de lado a posição subalterna de objeto, mero tema a ser explorado por autores heterossexuais (e brancos). No caso do romance *Stella Manhattan*, também é pública a homossexualidade Silvano Santiago, autor que, em uma de suas conferências, apresentou-se como “escritor, *gay*” (LOPES, 2002).

zombeteiras, ora violentas – do modo de viver dos e das homossexuais.

Em se tratando ainda da necessidade de os e as homossexuais criarem para si uma linguagem que lhes seja favorável, o Pajubá³³, língua(gem) de ampla circulação entre as travestis que, por conta da significativa mobilidade das pessoas trans, teve seu uso disseminado – e muitas das vezes, reapropriado (e esse é um processo intrínseco aos sistemas linguísticos) – sobretudo por gueis, em se considerando o *crescendo* da intolerância, da proliferação da xenofobia e da homofobia atualmente, apresentar-se-ia como um *locus* a partir do qual seria possível negociar uma nova ética por meio da qual homos e heterossexuais, e outras identidades sexuais possíveis, conviveriam de maneira solidária. Tal entendimento encontra sua base de sustentação sobretudo nas considerações que Silvano Santiago faz no ensaio “O Homossexual Astucioso”, onde ele busca maneiras de enfraquecer os discursos beligerantes que tornariam difícil o “diálogo” entre homos e héteros.

Antes de prosseguir, no entanto, quero retornar à ideia de “libertinagem” como um dos eixos da sociabilidade homossexual, como se disse, e pontuar a referência que tal ideia faz à dissolução das normas, ao desmantelamento dos costumes, esses estrados das sociedades ocidentais racionalizadoras e homófobas. Chamo, mais uma vez, Maffesoli (2007, p. 5-6): “Assim, é no interior das sociedades excessivamente racionalizadoras, sociedades higienizadas, sociedades dedicadas a banir toda ameaça, qualquer que seja, é no interior

³³ A partir das provocações de Paco Vidarte (2007) em *Ética Marica* acerca da necessidade de as comunidades de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e *queer* (LGBTQ) criarem para si uma “ética marica”, que rejeite a homofobia, o racismo, o machismo, a xenofobia, a misoginia e todas as formas de opressão, é que embasei teoricamente meu Projeto de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2012-2013), visando a investigar, com o auxílio dos Estudos Culturais, notadamente as contribuições de Gayatri Spivak (2003) e de Denilson Lopes (2012), a constituição do que nomeio “solidariedade planetária *beesha*”, tendo em vista a existência de redes de afinidades culturais e linguísticas LGBT, em especial entre *beeshas*, que encontrariam sua base no P(b)ajubá, língua(gem) de ampla circulação entre as travestis, mas reapropriada sobretudo por gueis, conforme anteriormente se asseverou. A criação de uma linguagem guei, portanto, passa pela consideração e pela compreensão das nuances dos contextos sócio-culturais oriundos das dinâmicas linguísticas em torno de P(b)ajubá praticado pelas *beeshas* em zonas transculturais, como a Nova Iorque representada em *Stella Manhattan*, e viabiliza uma reflexão que remete às bordas do nacional, à zona de trocas e de contatos trans e pós-nacionais. Dessa maneira, o P(b)ajubá se constituiria como um dos principais eixos dessa solidariedade *beesha*, promovendo o que Stuart Hall (2006) chama “disseminação subalterna da diferença”. Assim, uma ética *beesha* calcada no Pajubá poria sob suspeita conceitos como nação e identidade, pondo a descoberto as fissuras deixadas pelos processos culturais e linguísticos homogeneizantes quando da feitura dos empreendimentos nacionais, levados a cabo pelo homem branco e heterossexual.

dessas sociedades que a barbárie retorna. É esse igualmente o sentido da homossocialidade”. Maffesoli, portanto, indica que a homossociabilidade não apenas resiste à racionalização naturalizadora das sociedades higienizadas, e, portanto, não “libertinas”, como, ainda, evidencia o risco que essas mesmas sociedades, como o foi a brasileira dos anos sessenta – época na qual as ações do romance se circunscrevem, representam à liberdade dos cidadãos, já que é justamente a partir de suas configurações cerceantes que “a barbárie retorna”.

Após a descoberta da homossexualidade do filho, o pai de Eduardo o manda para Nova Iorque para trabalhar no consulado brasileiro daquela cidade, alijando-o do convívio familiar e extirpando, segundo sua concepção, a vergonha advinda da sexualidade do filho. Esse procedimento, a exclusão, põe a descoberto o estatuto de coisa abjeta da homossexualidade, tanto na sociedade brasileira quanto, de modo mais ampliado, nas sociedades ocidentais.

Eduardo se sentia então como um saco de batatas que tinha sido atirado num canto da casa pelos pais. Não entendia a maneira radical como se distanciavam dele, desmentindo todas as teorias que eles mesmos lhe tinham inculcado desde criança sobre os laços de sangue, a união da família. *Vejo a intolerância, a punição pelo silêncio e pelo distanciamento. Querem me massacrar*, pensa Eduardo, quando se dava conta de que queriam se livrar dele como de um objeto cuja utilidade tinha sido perdida com o uso. (SANTIAGO, 1985, p. 25).

No excerto citado, quando Eduardo percebe que o objetivo dos pais é “se livrar dele como de um objeto” já sem serventia, fica patente que certas sexualidades não encontram lugar na dinâmica social e cultural brasileira. Posso (2009) afirmar que o homossexual e o comunista são homogeneizados “como o lixo que o corpo social precisa expelir para funcionar” (p. 47). Tem-se, aqui, portanto, a síntese do pensamento de uma sociedade regida pela compulsoriedade heterossexual. A presença de Eduardo na família representa um risco, pois não produtiva, para a “harmônica” estrutura social brasileira. Assim, como um “transbordamento” (SANTIAGO, 1985, p. 73), a homossexualidade de Eduardo não é inteligível desde o ponto de vista de seus pais, até o limite mesmo em que não encontra legibilidade dentro da sociedade brasileira, o que implica o afastamento – o exílio – de Eduardo de seu país para a cidade de Nova Iorque.

Cito mais uma passagem do romance:

Lembro de uma frase de João Cabral que diz que a norma foi dada ao homem, ou melhor, *foi inventada pelo homem* para assegurar a satisfação da necessidade;

o poeta quer dizer que o que sai da norma é desperdício de energia, é energia jogada pela janela dos maus resultados ou no lixo das boas intenções.

A arte não é e nem pode ser norma, é energia desperdiçada mesmo, é alguma coisa, uma ação por exemplo – não importa agora a questão da qualidade – que a energia humana produz num rompante e que transborda num vômito pelo mundo do trabalho, pelo universo do útil, com a audácia e inépcia de alguém que, ao despejar leite numa xícara para se alimentar de manhã, deixa que a maior parte do líquido se desperdice pela mesa. (SANTIAGO, 1985, p. 70, a marcação é minha).

O trecho anterior se refere à seção do romance denominada “Começo: o narrador”, em que são apresentados ao leitor os dois narradores de *Stella Manhattan*: um, extradiegético, quer dizer, exterior à narrativa, e, outro, hipodiegético, ou melhor, metadiegético, localizado no interior dessa narrativa que é exterior à própria diegese. Nessa seção do romance, esses narradores discorrem, entre outros temas, sobre a natureza da arte, e suas afirmações bem podem servir de lentes para melhor ler a problemática da homossexualidade da protagonista, Stella Manhattan/Eduardo Costa e Silva. A primeira parte do excerto é emblemática, uma vez que relaciona “norma” e “necessidade”, na esteira do poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto, destacando, com isso, o caráter “produtivo” – porquanto reprodutor – da normalidade heterossexual e classificando tudo o que excede à norma como “vômito”, como coisa desnecessária e, portanto, supérflua.

Na parte marcada da citação, em que o narrador deixa patente que a norma é uma invenção do homem, uma vez mais a referência é clara: muito embora a homossexualidade de Eduardo Costa e Silva exceda à norma, apresente-se como uma excrescência, como o resto do processo reprodutor capitalista calcado no patriarcado e na heterossexualidade, esta ainda é uma invenção, e, portanto, nada tem de natural ou legítimo. Diz Maffesoli (2007, p. 7):

A homossexualidade constitui, mais profundamente, uma declaração de guerra ao esquema substancialista que marcou o Ocidente: o Ser, Deus, O Estado, as instituições, o Indivíduo – poderíamos prosseguir, à vontade, com uma lista de *substâncias* servindo de fundamente a todas as análises dominantes. Queiramos ou não, que sejamos ou não conscientes, a ONTOLOGIA é o ponto de partida dessas análises.

Também Judith Butler (1998), no artigo “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo”, chama a atenção, nas pegadas de Foucault e Wittig, para o estatuto de “alegoria política” e “unidade fictícia” do conceito de “sexo”, e para o fato de este mesmo conceito, ao contrário de ser uma descrição da materialidade – supostamente prévio ao discurso, apresentar-se enquanto produtor e regulador da “inteligibilidade da materialidade dos corpos” (BUTLER, 1998, p. 39). Tendo tais formulações teóricas em vista, portanto, é que logro ler o romance *Stella Manhattan* considerando a sexualidade não normativa de Eduardo/Stella como lugar permanentemente aberto, tal qual um signo vazio, passível de ser ressignificado sem aviso prévio.

Mas retornando à referência a João Cabral de Melo Neto, citado pelo narrador no fragmento anterior do romance, vale dizer que foi ele um poeta conhecido por refutar o excesso e a sentimentalidade em suas obras, por pregar a “economia poética”, marcando suas produções pela frieza e pela impessoalidade da imagem da “pedra” (MORAES, 2010)³⁴. E é emblemático, portanto, que ele seja trazido pelo narrador de *Stella Manhattan* para comentar as especulações desse mesmo narrador sobre a natureza da arte e sobre as relações da homossexualidade com a normalidade sexual. Essas elocubrações do narrador relevam que seu entendimento tanto da arte quanto da homossexualidade passa, necessariamente, pelo transbordamento, e, na esteira de Bachelard, citado na epígrafe desse capítulo - “O Narrador”, coadunam-se com seu comentário que diz: “A conquista do supérfluo proporciona uma excitação espiritual maior do que a conquista do necessário. O homem é uma criação do desejo e não da necessidade” (BACHELARD, apud. SANTIAGO, 1985, p. 67).

Dessa maneira, a arte e a homossexualidade seriam excessos que

³⁴ Artigo disponível em: <http://www.mafua.ufsc.br/numero13/ensaios/fabricio.htm>. Data da consulta: 18/12/2012.

invadiriam o “universo do útil”, sem a preocupação de ocupar algum lugar no racionalizado mundo burguês heterossexual – cuja lógica, sabe-se, é a reprodução (do capital, humana, enfim, a produtividade). O narrador provoca o leitor e diz que não importa a questão da qualidade da obra, sendo relevante, tão-somente, a insolência da arte desaguando pelo “mundo do trabalho”, “com a audácia e inépcia de alguém que, ao despejar leite numa xícara para se alimentar de manhã, deixa que a maior parte do líquido se desperdice pela mesa” (SANTIAGO, 1985, p. 70). E essa provocação ao leitor tem, na citação a João Cabral, seu ponto alto, já que o “poeta da pedra” albergava a pretensão de orientar inclusive a leitura de seus poemas³⁵, cuidando para que o leitor tivesse acesso apenas ao necessário, e daí a imagem do engenheiro, com toda a exatidão que ela acarreta, presente na produção de João Cabral.

Esse gesto insolente, escarnecedor, que visa à derrisão da heterossexualidade compulsória, eixo que orienta a leitura que neste trabalho faço do romance de Silviano Santiago, procede não somente a minar as bases da ordem heterossexista, como, ainda, desafiar percepções acerca da arte e da literatura, em consonância com os apontamentos que faço no Capítulo 1, onde aposto na não divisão entre textos literários e não literários; de maneira mais rigorosa, agora, valeria pontuar que, de fato, o que se coloca sob suspeita é mais a possibilidade de se determinar a natureza do literário a partir de critérios que escapariam a juízos de valores etno, sexual e geograficamente localizados, além de outros marcadores, do que cair na armadilha da indefinição, da cômoda postura que suspende as classificações em nome de um pluralismo democrático.

Na mente do sujeito que se identifica com os discursos que sustentam e

³⁵ O Prof. Dr. Carlos Alexandre Baumgarten, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), durante as aulas de “Teoria da História da Literatura”, inúmeras vezes chamou a atenção para o fato de o poeta João Cabral de Melo Neto tentar “controlar” a leitura que de suas obras os leitores faziam. O objetivo do poeta, sustentava o professor, era que a poesia fosse lida apenas em seu sentido primevo, mais “duro”, minorando a influência da emoção. Homero Araújo, professor vinculado ao Curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sustenta que João Cabral, autointitulado “antilírico”, tem um “enunciado mais ou menos linear”, o que o “afasta das metáforas sugestivas e misteriosas, como [as usadas por] Murilo Mendes ou Jorge de Lima (...) Sem falar que a disposição cerebral do poeta barra o sentimentalismo ou a emoção, tão evidentes em Cecília Meirelles ou mesmo em vários momentos em Fernando Pessoa” (ARAÚJO, 2009. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1254772125.9135pdf.pdf>. Data do acesso: 26 de dezembro de 2012).

naturalizam a heterossexualidade, via repetição, a necessidade e a norma são consideradas centrais, verdadeiras âncoras que proporcionam estabilidade diante das ondas de modernidade e pós-modernidade que ameaçam solapar seu ordenado mundo. Aníbal, que surge no romance como um intelectual a serviço da ditadura militar, comprometido com a sustentação ideológica de seus pressupostos, auxilia o FBI a extirpar do corpo diplomático brasileiro Vianna, o qual havia maculado tanto as forças armadas brasileiras quanto a própria nação, por conta da visibilização pública de sua homossexualidade. Diz Aníbal: “De fora, continua o professor [Aníbal], o brasileiro só traz atos de rebeldia e até mesmo de vingança para com os mais velhos. Não há respeito pela voz do passado e da experiência. Os brasileiros só importam o que bagunça mais a incipiente cultura que criamos à dura pena.” (SANTIAGO, 1985, p. 125).

O professor Aníbal traça uma diferença entre as coisas úteis e inúteis que vêm de fora. No excerto anterior, em que ele discute com Marcelo, o vigia da moral brasileira deixa claro que aquilo que os “mais velhos” construíram – ele se refere à cultura brasileira, declinada, evidentemente, no singular – precisa ser protegido das hordas comunistas e homossexuais, cujos referentes, entende ele, estão localizados em um “fora”, seja nos Estados Unidos seja em Cuba. Aníbal, baseado em sua visão estereotipada de cultura, defende que nós, brasileiros, apenas admiremos os americanos ao invés de tentarmos imitá-los, já que não teríamos “condições culturais” (p. 123) nem mesmo para tal. Entretanto, e aqui Silvano Santiago (2000, p. 16) ensaísta mais uma vez entra em cena, quando diz que:

A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade e de pureza: estes dois conceitos perdem o contorno exato de seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz.

A afirmação de Santiago tem por intenção valorizar o trabalho dos artistas latino-americanos que, durante muito tempo, tiveram suas produções consideradas meras cópias, sombras do que na Europa se criava. Sob uma nova perspectiva, Santiago busca ler esses trabalhos desde uma outra mirada,

tomando a intervenção – e não só a artística, mas a migração, quer dizer, a própria presença dos latinos nos chamados países desenvolvidos – latino-americana na cultura ocidental como desestabilização do ideário de pureza e unidade atribuídos a ela. Assim, o que Aníbal não entende é que não há essência, mas construtos, cujos objetivos são preservar a hegemonia da visão de mundo sexual e etnicamente centrada.

E, na passagem a seguir, Aníbal, de maneira correspondente àquela que o narrador apresenta sua ideia de arte, comenta as gravuras de Albers, que decoram seu apartamento:

Escolha da minha mulher, ou do decorador seu amigo. Por mim, teria as paredes brancas. Acostumei-me às letras impressas, ao contraste das palavras pretas no papel branco e ver as cores me incomoda. Quanto mais viva a cor, mais distrai a atenção, mais induz ao devaneio abstrato. (SANTIAGO, 1985, p. 126).

Mais uma vez, aqui, nega-se o devaneio, o transbordamento gerado pela transgressão à norma, às regras que coordenam e regulam a sexualidade e a produção artística. Logo após a fala de Aníbal, Marcelo pensa: “*Nada de abstrações. O poder é concreto e palavroso*” (p. 126), justificando para si mesmo os duros comentários de Aníbal. Entretanto, ainda sobre as gravuras de Albers comentadas por Marcelo, seguindo os passos de Posso (2009), é possível afirmar que elas “transcendem a fixidez ontológica indulgentemente” (p. 54), dilatando as rédeas tanto sociais quanto diegéticas que tentam fixar, fechar e ontologizar os discursos sobre a sexualidade e a literatura.

Gosto de Albers. Me lembra coisas de Lygia Clark. Só que, na sua série dos 'Bichos', Lygia foi mais longe, misturou a precisão geométrica de Albers com a sensualidade orgânica das bonecas de Bellmer. Albers ficou sempre nos jogos tridimensionais dentro da superfície bidimensional. Lygia descobriu a *dobradiça que deixa as superfícies planas se movimentares* com a ajuda das mãos do espectador. Os olhos veem depois para apreciar a combinação que foi conseguida. Que cada um conseguiu. (SANTIAGO, 1985, p. 127, a marcação é minha).

Essa passagem é uma pista que Santiago nos deixa para melhor ler *Stella Manhattan*; a indecidibilidade, a liminaridade identitária da protagonista, os

múltiplos narradores, as micro narrativas estão no romance postas com vistas a estilizar a racionalização redutora em torno da narrativa, tornando possíveis inúmeras interpretações, conforme a manipulação das dobradiças pelo leitor/leitora.

O exílio, por um lado, como acontecimento, e a abjeção, por outro, como procedimento narrativo, finalmente, estão estreitamente relacionados no romance porquanto visam, ambos, a negar a identidade e a dignidade da protagonista, arrancando-a do território e instaurando o entre-lugar como condição existencial de Eduardo/Stella. Nesse sentido, a deriva sexual e sua potencialidade de desconstruir os discursos que abjetizam a homossexualidade e de *desterritorializar a heterossexualidade* (PRECIADO, 2011) revelam-se centrais na análise e chave de leitura a partir da qual é possível tomar *Stella Manhattan* como uma narrativa que promove o devir, inviabilizando uma interpretação binomial opressiva (POSSO, 2009) e enfraquecendo discursos heterossexistas. Essa interpretação de *Stella Manhattan* encontra em Karl Posso apoio, uma vez que esse crítico percebe que a “incerteza do desaparecimento incapacita a viabilidade dos discursos opressivos ou da abjeção” (p. 65). Assim, nem é possível afirmar que a protagonista foi assassinada/sequestrada nem que ela se matou, por exemplo. A indecidibilidade, portanto, quanto ao paradeiro de Eduardo/Stella indica um desfecho não teleológico, suspendendo “os termos relacionais pelos quais a sociedade ortodoxa, heterossexista, funciona” (p. 234).

3.2 Deriva Sexual e a desconstrução da heterossexualidade compulsória

*Que forma de imperialismo cultural insidioso
legisla para si mesmo sob o signo do universal?*

Judith Butler

No trecho a seguir, Paco, a personagem também conhecida como Lacucaracha, afirma que “não gosta de veado [sic] que fez ou faz análise” e considera que eles possuem três defeitos, dos quais, quero destacar o último,

central para os apontamentos iniciais desta seção do capítulo:

O último defeito é decorrente do que acaba de ser dito. Bicha analisada é tihosa, tem a mania de querer destrinchar tudo, tintim por tintim, só que destrincha é para mudar, para pensar de maneira diferente e às vezes até *contraditória*. Cada hora, digo yo, cada minuto mostra uma cara diferente. Parece camaleão. *Falta coerência* à bicha analisada. (SANTIAGO, 1985, p. 213, as marcações são minhas).

Paco/Lacucaracha levanta uma questão fulcral da discussão pós-estruturalista que é a fluidez dos conceitos, a mobilidade epistemológica à qual as teorias e os sistemas de significação estão sujeitos. Essa “mania de querer destrinchar tudo”, citada por Paco, é o eixo em torno do qual tanto torna-se possível a pesquisa aqui empreendida – uma investigação que aposta no deslocamento de sentidos, na deriva enquanto vereda epistemológica – quanto a leitura da homossexualidade no romance sob análise, já que é justamente a ambiguidade em relação ao desaparecimento da protagonista que inviabiliza os “discursos opressivos ou da abjeção” (POSSO, 2009, p. 65). Penso que a própria condição homossexual potencializaria a curiosidade científica tão necessária aos projetos e investigações acadêmicos. Partindo desse pressuposto, e considerando as afirmações de *Stella Manhattan* sobre os estilos codificados dos heterossexuais, é que se torna possível sustentar tal compreensão, já que os homossexuais estariam, continuamente, tentando reformular-se e abrindo novos caminhos, ou “veredas epistemológicas”, na construção de conhecimento. Com isso não quero dar a entender que os e as homossexuais, como que por herança genética, estariam mais propensos à prática da pesquisa na Academia, mas sim, que, devido a uma questão contingencial opressora – a heteronormatividade, a reinvenção e a não-acomodaçã o estariam na pauta do dia dos e das homossexuais e que isso, portanto, conferiria maior força a essa prática.

Mal sabe Paco que, conforme indica o próprio Eduardo, a suposta falta de coerência e a contrariedade que ele atribui às bichas analisadas é, na verdade, “o que Eduardo chamava de seu estilo” (SANTIAGO, 1985, p. 213), reinventando-se a cada dia, diferentemente dos heterossexuais os quais, como já antes indiquei,

possuem estilos de vida já prontos, codificados. Assim, o que Paco chama “defeito” ganha, no romance, uma relevância ímpar, porquanto é o que potencializa a derrisão da heterossexualidade compulsória, tornando inócua sua força para oprimir e tornar abjeta a homossexualidade, exatamente porque as cláusulas binomiais, que reduzem as sexualidades e as identidades a critérios estáticos não são aceitas – ou são parcialmente aceitas e depois rejeitadas – pelo “homossexual astucioso”.

Quero retomar, agora, a epígrafe deste capítulo, um trecho de Paco Vidarte (2007):

Hablamos su lenguaje perfectamente [a linguagem dos heterossexuais], nos lo enseñaron de chiquitos; pero somos bilingües y tenemos un idioma próprio que a ellos les resulta incomprensible, bárbaro. No hay nada que explicarles. Nosotras nos entendemos. Y se les traducimos a cada paso lo que hacemos, probablemente les sonará ridículo, inconsistente, infundado. No es nuestra tarea de traductores. *Nuestra tarea es hacer cosas, pero ¿qué cosas?, ¿hacer qué?, ¿queda algo por hacer?, ¿no lo hemos conseguido todo ya?, ¿no nos podemos casar y operar?, ¿queda un porvenir de discurso y reivindicación por explorar?* (As marcações são minhas.)

Mais uma vez a questão da linguagem é central na argumentação que aqui faço sobre a criação de um estilo próprio dos homossexuais, algo que é patente no romance; contudo, essa questão é ampliada por Vidarte (2007) ao inserir ele no debate a ideia de *tradução*, ou melhor, o quão desnecessário seria que nós, homossexuais, a cada passo que déssemos, indicássemos aos heterossexuais – como que em um movimento tradutório – nossa próxima ação. Em consonância com Vidarte, portanto, e também com Deleuze (1997), é possível ler o ato final de Stella/Eduardo quando, ao desaparecer sob o céu cinza de Nova Iorque, aposta ela no processo, no devir enquanto contraposição à norma, ao modelo codificado e previsível da heteronormatividade. É, assim, característica central das minorias a imprevisibilidade, a inconstância discursiva e performática que toma a heteronormatividade de surpresa, minando suas bases e dissolvendo a suposta objetividade de seus pressupostos.

Após a descoberta da traição do amigo Marcelo com o seu amado Rickie, o

garoto de programa branco de olhos azuis – “a true wasp³⁶” – Eduardo realiza seu ato final e mergulha no devir: “Eduardo põe o fone no gancho de maneira lenta e irrefletida. Não quer mais escutar, não quer mais falar. A ligação não tem mais interesse. Cortá-la como se corta o gás – Eduardo sai deixando a porta do apartamento aberta.” (SANTIAGO, 1985, p. 234). É nesse momento que se dá o corte final dos vínculos de Stella com a realidade opressora que o priva tanto do amor quanto da família. São dois os motivos, portanto, que o levam a embarcar na deriva: a traição de seu amigo, Marcelo, fato esse que se relaciona com a ideia de “gregariedade” antes referida, e o abandono por parte de sua família, já que Vianna o informa de sua condição ilegítima de filho (p. 230). Em relação à “gregariedade”, o que aponto não é o seu enfraquecimento, mas, sim, uma sua afirmação, porquanto compreendo, mesmo a traição, como parte dos “laços de cumplicidade que foram atados” (p. 41) e, conforme reflete Paco:

Cosas de maricones, pensa triste, querendo saber por que son tan malos compañeros las mariquitas. Quieren más é a caveira um do outro. Se dependesse dele, faria um clube, internacional é claro, em que todas se sentiriam como hermanas, onde predominasse o espírito de verdadeira fraternidade. La fraternidad universal. E as bichas más, invejosas, pérfidas, orgulhosas, traiçoeiras, velhacas, maledicentes, desdenhosas, todas seriam punidas, ou então expulsas do clube para o bem da paz no grupo. (SANTIAGO, 1985, p. 210-211).

O devaneio de Paco/Lacucaracha me parece mais uma paródia do socialismo internacional – do qual ele é inimigo, pois um cubano contrário ao Regime de Castro – do que um real sentimento de constituir uma “fraternidade guei” calcada em qualquer coisa de bom e amável. Os laços de cumplicidade a que se refere Eduardo têm sua indicação clara: às práticas sexuais não normativas dos homossexuais e à violência a que estão eles sujeitos. Entretanto, assim mesmo, a deriva sexual, tomada como elemento diegético, é uma resposta da homossexualidade frente a uma realidade opressora e perversa. Como afirma Deleuze (1997, p. 73): “Se é tão difícil ser 'como' todo mundo, é porque há uma questão de devir”.

³⁶ Esse termo, utilizado em tom jocoso, é usado para fazer referência a sujeitos brancos, anglo-saxões e protestantes e a seu elevado poder econômico na sociedade estadunidense. De modo geral, e tendo em vista o uso que se faz do vocábulo no romance, diz respeito à *branquidade* e à *americanidade legítima*, pois fundada na Europa e na língua inglesa, de Rickie, o garoto-de-programa pelo qual Eduardo se apaixona.

Por que há tantos devires do homem, mas não um devir homem? É primeiro porque o homem é majoritário por excelência, enquanto que os devires são minoritários, todo o devir é um devir-minoritário. Por maioria nós não entendemos uma quantidade relativa maior, mas a determinação de um estado ou de um padrão em relação ao qual tanto as quantidades maiores quanto as menores serão ditas minoritárias: homem-branco, adulto-macho, etc. Maioria supõe um estado de dominação, não o inverso. Não se trata de saber se há mais mosquitos ou moscas do que homens, mas como o 'homem' constitui no universo um padrão em relação ao qual os homens formam necessariamente (analiticamente) uma maioria. Da mesma forma que a maioria na cidade supõe um direito de voto, e não se estabelece somente entre aqueles que possuem esse direito, mas se exerce sobre aqueles que não o possuem, seja qual for seu número, a maioria no universo supõe já dados o direito ou o poder do homem. (...) É talvez até a situação particular da mulher em relação ao padrão-homem que faz com que todos os devires, sendo minoritários, passem por um devir-mulher” (DELEUZE, 1997, p. 87-88).

A citação acima de Deleuze alarga o olhar aqui lançado sobre *Stella Manhattan* na medida em que aponta a relação entre o devir e as minorias, chamando a atenção para a posição privilegiada e majoritária do homem branco, ocidental e proprietário, e poderíamos ampliar e dizer heterossexual, e, ainda, para o fato de que este mesmo homem é quem determina, a partir de um discurso de maioria, o padrão das relações sociais – e seus infinitos desdobramentos – no mundo. É interessante, ainda, destacar a observação de Deleuze no que se refere aos devires passarem, necessariamente, por um “devir-mulher”, uma vez que, sendo o homem o padrão universal, a mulher – bem como outras minorias – estaria relegada a uma condição secundária e derivativa da primeira, a do homem.

Nesse sentido, Eduardo Costa e Silva/Stella Manhattan passa por um devir, porquanto minoria, inclusive assumindo uma performance que aposta na ambiguidade de gênero – e quem sabe daí uma maior relação com o devir-mulher enunciado por Deleuze, negando, com isso, “todo lo que se presenta a sí mismo como razonable, legítimo y portador de una sanción positiva” (VIDARTE, 2007, p. 63), alicerces esses da heterossexualidade compulsória, controladora e punitiva como que “por direito”, conforme indica Deleuze, a ser exercido pelo homem.

O desaparecimento, nesse sentido, do objeto legitimador dos discursos que

sustentam a compulsoriedade heterossexual – o homossexual – tanto torna inócuas as especulações sobre o destino de Stella Manhattan quanto enfraquece o poder da heteronormatividade enquanto forma de abjetificar e oprimir os homossexuais. A abjeção do homossexual, que perturba a ordem e a identidade baseadas em um modelo heterossexual, ao ser impossibilitada pela incerteza do desaparecimento de Stella também impede que se perpetuem os discursos beligerantes e oposicionistas que contribuem para a manutenção da situação de margem da homossexualidade. O romance, assim, de maneira suplementar aos escritos do Silvano Santiago ensaísta, a partir das noções de exílio, de deriva sexual e também da aposta na ambiguidade de gênero, logra fazer tremer os dispositivos de poder da heteronormatividade, tornando seus reclamos inoperantes.

4 LEITURA EM CONTRA-PONTO: HOMOSSEXUAL ASTUCIOSO?

Não é fácil brigar para ser respeitado e é humano e compreensível que a maioria dos entendidos prefira ficar na moita, até em atenção ao grau de exposição que o assumir-se traz para a sua própria família.

Ítalo Moriconi

O ensaio “O Homossexual Astucioso Primeiras – e necessariamente apressadas – anotações”, originalmente uma palestra proferida por Silvano Santiago em 1999, na Brown University, é, hoje, “pedágio obrigatório” para aquelas/aqueles que se propõem pensar homossexualidades no Brasil, e especialmente para o que aqui nos toca, a contribuição brasileira para “os estudos sobre gays e lésbicas na cultura dominante” (SANTIAGO, 2004, p. 97).

Nesse texto é destacável também a observação – ou “anotação”, uma alusão ao título do ensaio – que realiza Santiago ao indicar que, a despeito da posição subalterna do intelectual brasileiro, contribuímos – ou melhor, sua escritura contribui – no sentido de oferecer um caminho alternativo, ou suplementar, ao modelo estadunidense de “outing”, ou se preferirmos, de “saída do armário”. E mais: o lugar da produção brasileira no que se refere aos estudos sobre e de homossexualidade são, no texto de Silvano Santiago, metáfora para a posição que, no cenário mundial – ou planetário, se preferirmos, a própria reflexão teórica e crítica, em literatura e cultura, brasileira ocupa.

Junto a esse texto seminal, portanto, para os estudos sobre gays e lésbicas, evidentemente que a partir de um viés culturalista e pós-estrutural, adiciono alguns outros, agora de Denilson Lopes, que igualmente obram em vias de, como me parece ser em quase todos os casos, corroborar e, de novo, suplementar as anotações de Santiago: nomeadamente referido, ele, Santiago, em *O homem que amava rapazes e outros ensaios* (2002), e “vestigial”, e aqui eu começo a arriscar as minhas próprias notas, pelo “estilo escritural” de seus

textos. Mas isso é um parêntese³⁷.

Feitas as indicações iniciais, quero prosseguir e ler o texto de Silvano Santiago para, a partir dele e sobre ele, apresentar – gesto ousado que ilustrará a própria proposta deste capítulo – uma suplementação à postulação teórico-prática expressada em seu ensaio: a do homossexual astucioso, ou como também nomeia ele, homossexual malandro (p. 201).

4.1 O Homossexual Malandro

Gostaria de lançar a proposta deste capítulo por meio do questionamento do próprio Santiago, eixo argumentativo de “O homossexual astucioso” e mote desta suplementação. Escreve ele:

(...) Se o homossexual não pode e deve ser mais astucioso? Se formas sutis de militância não são mais rentáveis do que as formas agressivas? Se a subversão através do anonimato corajoso das subjetividades em jogo, processo mais lento de conscientização, não condiciona melhor o futuro diálogo entre heterossexuais e homossexuais, do que o afrontamento aberto por parte de um grupo que se auto-marginaliza (sic), processo dado pela cultura norte-americana como mais rápido e eficiente?” (p. 202).

Desse excerto elaboro o conceito de “política de sutileza homossexual”, atribuindo-o, como síntese, à proposição de Santiago, conceito esse que antes de ser o que alguns críticos pudessem nomear “medo”, “covardia”, entre outros, é uma política, complexa em sua configuração, e é certo que de eficiência suspeitável – e esse é o núcleo duro deste capítulo –, que aponta para o que certa crítica cultural entende por “negociação”. Cabe, nesse momento, de modo breve, retomar a elaboração teórica de Hommi Bhabha (1998) para, de modo mais preciso, buscar dar conta da noção de “negociação” e, depois, cotejá-la com a proposta deste capítulo e com o que compreendo que deve ser suplementado na proposição de Santiago; valeria, antes de enfrentar esse

³⁷ Refiro-me ao ensaio “Do Entre-lugar ao Transcultural”, de Denilson Lopes, disponível em www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/dlopes01.pdf. O texto *O homem que amava rapazes e outros ensaios* será mais bem invocado na parte final da dissertação, seção em que discuto uma possível “historiografia fora do armário”.

conceito de modo frontal, dizer que tal formulação teórica pode aludir, e em minha compreensão, enviesadamente, à superação de um trauma passado por meio de um concerto, nesse caso específico, um concerto cultural, ou em sentido *stricto*, por intermédio do que atualmente vem sendo chamado de “políticas de/para a diversidade”. Entendo equivocada as políticas de e para a diversidade, uma vez que tais ações vêm sendo utilizadas como forma de integrar e assimilar a diferença, longe de afirmá-la e/ou mantê-la, promovendo, em alguns casos, o branqueamento da negritude, e, em outros, discursos de “tolerância sexual” e padronização da homossexualidade. As políticas de e para a diversidade tendem, necessariamente, a alinhar-se ao sistema padronizador heteronormativo (e algumas vezes, homonormativo), o que legitima, por um lado, alguns sujeitos como viáveis, possíveis, em detrimento de tantos outros, possibilidades da diferença, que são tornados abjetos (BUTLER, 2002).

A negociação, em países de passado colonial como é o nosso, o Brasil, se circunscreve no campo semântico da política partidária, lembrando os famosos “acordões” e negociatas, velhos conhecidos dos brasileiros. Tal termo, longe de indicar, portanto, o entendimento de Hommi Bhabha explicitado em *O Local da Cultura* – que aponta para a negação das polaridades nós-outros e o reconhecer-se em “entre-lugares” e “entre-tempos”, entre outras questões – é base de um gesto de suspeição e, principalmente, de um integracionismo redutor. Vale dizer, ainda, que “negociar”, se tomarmos como pano de fundo o sistema capitalista atual, intrinsecamente assimétrico, pressupõe, de modo inevitável, a supressão da vontade do mais fraco por conta do poder do mais forte. Dessa maneira, quero que fique claro que, muito embora haja tal entendimento em relação à “negociação”, neste trabalho, por outro lado, invoco uma noção diferente, percebendo a negociação a partir de possíveis associações com as articulações das diferenças culturais (BHABHA, 1998, p. 20).

Bhabha indica que a negociação tem por estrado teórico o hibridismo, a descentralização e a ambivalência, “locais” a partir dos quais seria possível a formulação da cultura nacional e dos próprios sujeitos que a ilustram, e daí, em se tratando do homossexual malandro, a relevância desse conceito teórico. A entrada em cena de sujeitos outros, outrora aliados da representação oficial,

ou como prefere Bhabha, do “reconhecimento parcial” conferido pela Tradição, provoca, muitas das vezes, conflitos, e, via performances³⁸, uma reencenação do passado. Cito Bhabha (p. 51):

Quando falo de negociação em lugar de negação, quero transmitir uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios: uma dialética sem a emergência de uma História teleológica ou transcendente, situada além da forma prescritiva da leitura sintomática, em que os tiques nervosos à superfície da ideologia revelam a “contradição materialista real” que a História encarna. Em tal temporalidade discursiva, o evento da teoria torna-se a negociação de instâncias contraditórias e antagônicas, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetos e entre a teoria e a razão prático-política.

O que defendo, portanto, passa por uma leitura de negociação a partir da noção de entre-lugar, que implica, necessariamente, uma não-assimilação das diferenças e um entendimento de que é no interstício – ou no “hibridismo” – que as diferenças culturais podem ser articuladas. Conforme sustenta Bhabha, não é na contradição que a negociação alcança seus objetivos, mas, sim, por intermédio da destruição de “polaridades negativas”, ou melhor, de posições antitéticas que levariam, de maneira inevitável, ao apagamento ou à diluição de um posicionamento em detrimento de outro. Nesse sentido, é possível melhor compreender a partir de onde Santiago enuncia quando fala acerca da “sutileza” ou “malandragem” desejáveis para bem de uma mais profícua convivência entre homossexuais e heterossexuais.

A negociação, e agora conforme assevera Denilson Lopes a partir da leitura de Santiago, aponta para uma “redefinição do nacional” (p. 2), uma vez que já não se trata apenas de uma nação heterossexual, europeizada, mas também, e não apenas, e talvez mais ainda e outras possibilidades mais, negra, homossexual, indígena e desterritorializada. O próprio romance *Stella Manhattan*, ao mover seu protagonista ao “exílio sexual”³⁹, e isso por conta de

³⁸ Nesse sentido a literatura, bem como outras textualidades culturais, obram em vias de negociar a diferença e, a partir de lugares trans-históricos, apresenta-se enquanto possibilidade de definição e produção do social.

³⁹ O conceito de “exílio sexual” será amplamente discutido no capítulo “Literatura de deriva e exílio sexual”.

sua homossexualidade patente, reconstrói o nacional a partir de fora⁴⁰, da cosmopolita Nova Iorque dos anos sessenta, “enfocando não só os intelectuais mas as solidariedades transnacionais criadas a partir de migrações de trabalhadores, movimentos sociais e ONG's” (LOPES, p. 3), e acrescentaria, como afirmei no Capítulo 1, a partir da solidariedade planetária centrada na homossexualidade e (talvez) no estilo de vida *gay*.

Assim, mesmo que, tendo em vista a leitura defendida neste trabalho, Santiago caminhe com seu ensaio no sentido de um posicionamento que articula polaridades identitário-sexuais – heterossexual, homossexual, bissexual, o limite dessa argumentação se encontra exatamente na afirmação do que se quer negar: a contraposição do “exibicionismo público, protestante” (SANTIAGO, 2004, p. 201) a “formas sutis de militância” (p. 202), essa em tons católicos, segundo ele mesmo diz. Mas seria injusto de minha parte asseverar que Santiago não prevê essa cilada, a do investimento na oposição; contudo, o ponto nevrálgico da argumentação que faço se assenta no momento mesmo da fissura da síntese de Santiago: sua ensaística não dá conta de, a contento, *suplementar* as políticas de militância homossexuais, mas sim seus textos ficcionais, notadamente o romance *Stella Manhattan*.

O que quero dizer com tudo isso é que a proposição de Santiago apresenta-se lenta demais e insuficiente no sentido de dar conta dos desafios éticos e políticos do presente. Se por um lado ela não parte para o embate direto, pois não-dialética, dá excessivo crédito às masculinidades e às feminilidades hegemônicas, inscritas na heterossexualidade, ao apostar em um “diálogo entre heterossexuais e homossexuais” (SANTIAGO, p. 202). Tal movimento – e não mais o do diálogo, mas o da interpelação – me parece mais eficaz e, ao mesmo tempo, contestatório da posição de privilégio heterossexual, a partir da personagem Stella Manhattan, protagonista do romance de nome homônimo, em que a questão sexual – “privada” como afirma Santiago – extrapola esse âmbito vindo a se circunscrever, via performance, no nítido gênero feminino de Eduardo Costa e Silva/Stella Manhattan.

⁴⁰ Said (2003) realiza a reflexão em torno da construção do nacional a partir de fora, a partir do exílio, ao comentar o caso de milhares de palestinos e judeus que, mesmo desterritorializados, em diáspora, edificaram um completo imaginário de nação.

4.2 Suplementação *Queer*

Seguindo o “conselho” de Denilson Lopes em “Do transcultural ao entre-lugar”, entendo que as “ficções de Silviano Santiago podem ser entendidas como suplementos do que foi deixado aberto pelos ensaios” (p. 1), e a partir daí invoco o romance *Stella Manhattan* com vistas a suplementar as afirmações de Santiago a respeito do homossexual malandro e da suposta efetividade da “política de sutileza homossexual”, formulação teórica que, conforme antes disse, atribuo à proposição do ensaísta.

A partir de *Stella Manhattan* proponho pelo menos duas possibilidades de política homossexual, exemplificadas a partir de quatro personagens, as quais, longe do modelo que ora afirma, ora nega, uma identidade sexual, aposta na fluidez da mesma, mas com estratégias diferenciadas: a primeira, tipológica das personagens Paco/Lacucaracha, Vianna/Viúva Negra e Marcelo, e a segunda, de Eduardo Costa e Silva/Stella Manhattan.

A dita “fluidez” a que me refiro precisa ser compreendida, em se tratando das primeiras três personagens, como enrustimento, forma que possibilitaria a adequação da homossexualidade ao sistema capitalista de produção, uma vez que, de outra maneira, ocorreria o exílio: do núcleo familiar, do social e, por fim, do próprio país. No que se refere a Eduardo/Stella, a fluidez se aliaria ao que quero entender como “suplementação *queer*” à política de sutileza homossexual, posto que, apesar de não haver uma afirmação da homossexualidade, ato público, “declaratoriamente” protestante, a própria performance de gênero de Eduardo/Stella, calcada na disjunção gendérica constante, dá conta de negociar e atualizar o formato contratual de tolerância (SANTIAGO, 2004, p. 202) entre homossexuais e heterossexuais, até o ponto mesmo em que tais classificações identitárias se esgarçam e rompem com as “normas contratuais de vida pública” (idem). O *queer*, nesse sentido, associa-se a essa concepção de negociação por meio da ideia de “mobilidade”, que remete à *différance* derridiana: “o significado ilusório é sempre indecidível e ternamente diferido por um significante simbólico que fica sempre móvel”

(POSSO, 2009, p. 134).

Logo no início do romance, o narrador apresenta os lugares preferidos de Paco/Lacucaracha, os quais chama de “sitios de atraco” (SANTIAGO, 1985, p. 35), ou “locais de pegação”, que nada mais são que ambientes de sociabilidade homossexual em que seus frequentadores não necessariamente precisam afirmar-se como *gays* e homossexuais. Esse trecho da narrativa é emblemático para fins de acessarmos a percepção dessa personagem no que toca à assunção de uma identidade homossexual. Cito um outro excerto para, depois, contrastá-lo com o primeiro: “(...) Para Paco, bicha tem que ter pudor, assim como una mujer que es verdaderamente mujer, una hem-bra, tem que ser recatada” (p. 211).

Esses exemplos deixam a descoberto a forma dual como Paco enxerga a sua sexualidade e a sua identidade sexual. É possível dizer que, por um lado, defende ele o enrustimento social, quer dizer, a assunção de um comportamento pudendo, tal como uma “mulher verdadeiramente mulher”, e, por outro, a experenciação de sua sexualidade de “*maricón*” pelos “banheiros públicos do subway, 'where the action is'” (SANTIAGO, 1985, p. 29), o que o aproxima das outras personagens do romance antes nomeadas, caso do coronel Vianna, militar brasileiro em serviço nos Estados Unidos que tem sua sexualidade relegada ao âmbito do escondido, e até mesmo do abjeto⁴¹. Paco, ao comparar o comportamento de uma “bicha” ao de uma “verdadeira mulher”, deixa patente a sua concepção acerca da mulher e, mais do que isso, alia-se ao ideário patriarcal – heteronormativo e homofóbico – quando determina o que é ou não aceitável. Diz Carl Posso (2009, p. 135):

Como Paco/Lacucaracha (...), que adota um estilo de vida francamente *gay*, mas que, no entanto, é incapaz de transcender uma sensação de cumplicidade com a homofobia da sociedade, o narrador-protagonista aqui é, ao mesmo tempo, fascinado e enojado por seu desejo por homens.

⁴¹ Segundo defende Butler (2002), a abjeção designa tudo o que pode ser associado ao âmbito do “inabitável”, do que não pode ser vivido, mas que, inevitavelmente, é necessário para o estabelecimento do “normal”, do que pode ser vivido. Em outras palavras, a abjeção funda a ideia de ilegibilidade de sujeitos outros excluídos de uma sociabilidade plena (PELLER, 2011).

Posso se está referindo ao narrador-protagonista da novela “Bem longe de Marienbad”, de Caio Fernando Abreu, cujo sentimento em relação à sua homossexualidade, como se disse no excerto, é ao mesmo tempo de atração e repulsa. Para bem de demonstrar a repulsa que sente Paco pela homossexualidade, ou melhor, pela assunção pública da mesma, cito um trecho do romance:

São mais é possuídos pelo diabo [os assumidos], contesta Paco. *Mira a esta maricona de negro, como puede vestirse como se viste y salir por la calle como se fuera día de carnaval. Será que perdeu a vergonha a desgraçada?* (SANTIAGO, 1985, p. 211).

Quanto a Vianna, outra faceta que vem a reafirmar sua relação com a abjeção: sua predileção por negros e porto-riquenhos, os quais, é certo que a partir da focalização do narrador, são tidos como sujeitos que ocupam os últimos lugares no quadro da sociabilidade normativa ocidental.

O Vianna foi enumerando as mil dificuldades que tinha para transar numa legal em nova lorque, ainda mais que gostava de *gente barra pesada e não enjeitava também negro ou porto-riquenho (...)* (p. 55, as marcações são minhas).

Dessa maneira, os “locais de pegação” de Paco e o desejo sadomasoquista de Vianna ilustram a ambivalência identitária dessas personagens, cujas performances terminam por fixar e estabelecer papéis estáticos para a homossexualidade: o da abjeção⁴². Judith Butler (2002), ao propor e refletir sobre a teoria da performatividade, preocupa-se justamente com as maneiras por meio das quais as identidades são cristalizadas pela linguagem, pelos discursos, colocando-as em xeque como representação da realidade. Em se tratando das personagens em questão, Paco e Vianna, mesmo que abjetando a homossexualidade, suas performances apontam justamente para a instabilidade, e, portanto, à ficcionalidade das identidades

⁴² Muito embora as práticas sexuais não-normativas, bem como os sujeitos que as exercem, sejam entendidos como “abjetos”, em um sentido ampliado do conceito, e tendo em vista seu cariz antagônico à hegemonia heterossexual, uso “abjeto” de maneira distendida, de modo que, no caso específico das personagens Paco e Vianna, o sadomasoquismo e a prática sexual relegada aos banheiros públicos, sejam concebidos em sua associação com o monstruoso, com o inabitável.

sexuais, já que se constituem em um jogo constante de enrustimento. Mesmo que eu não considere esses exemplos como paradigmáticos de uma possível suplementação *queer* à formulação de Santiago, o que eles têm de contributivo é a possibilidade de visualizar a precariedade e as múltiplas possibilidades das próprias identidades.

Marcelo, outra das personagens que apela para a fluidez das identidades, é um professor universitário “bissexual”, conforme ele mesmo declara, que, conforme entendo, prefere transitar pela “sutil malandragem” do que pela visível exposição performática de gênero de Eduardo/Stella.

Sou o contrário dos bissexuais que conheci; os outros preferem a perfumaria com homens e foda com a mulher. Na hora de enfiar o sarrafo na xoxota vou perdendo o interesse, a bandeira fica a meio pau, desconverso, daí a pouco a piroca está mole mole que nem manteiga derretida. Se puder, tiro o time de campo. Na maior. Sem complexo e sem aflição. (SANTIAGO, 1985, p. 104).

Essa personagem, ao enunciar sua identificação parcial com certa bissexualidade, indica, em consonância com Paco e Vianna, uma construção individualizada, e daí também, performática, de sexualidade e identidade sexual, ao descrever uma prática e uma identidade sexual singulares – bissexualidade – discrepante da majoritária, mesmo que, em momentos (1985, p. 99), associe-se a Eduardo, ao ver-se homossexual tal como seu amigo de faculdade.

Ao apresentar essas performances enquanto possibilidades de política homossexual não pretendo antagonizá-las com aquela que será atribuída a de Eduardo/Stella; isso seria cair no erro dos binarismos, procedimento teórico e metodológico simplista, porém eficiente em alguns momentos. O que se pretende, e que espero fique claro neste trabalho, é que a própria performance de gênero de Eduardo, que oscila entre o funcionário brasileiro no consulado e a bicha-louca perdidamente apaixonada por Rickie – garoto de programa americano, mas que não estaciona no dualismo da oscilação, antes reformulando-se constantemente ao longo da narrativa, são as alternativas do devir, a força teórica e política da deriva enquanto possibilidade de derrisão de

noções cristalizadas no que toca o gênero, a sexualidade e o próprio corpo. Cito Maria Marta Pessanha Mascarenhas Simosas (2007, p. 51), em sua dissertação de mestrado, quando defende que “a eficácia do termo *queer*” reside na sua “resistência à definição”, na sua elasticidade:

É, de facto, este o grande potencial da teoria *queer*, enquanto instrumento conceptual e político, já que, como Butler nos recorda em *Undoing Gender*, não pode haver agência política sem um modelo conceptual teórico, mas, um modelo teórico que não se traduza em agência política, é inútil.

O *queer*, nesse sentido, associa-se à concepção de negociação que até aqui venho manejando por meio da ideia de “mobilidade”, que remete à *différance* derridiana: “o significado ilusório é sempre indecível e eternamente diferido por um significante simbólico que fica sempre móvel” (POSSO, 2009, p. 134). Eis um trecho de *Stella Manhattan*:

(...) Mais um feeling bem lá dentro, no profundo do profundo, do que um raciocínio racional e verbalizável. Foi deixando Stella sair das quatro paredes do quarto, sair da casa, descer o elevador, andar na rua, conversar com as pessoas, desmunhecar (...)” (SANTIAGO, 1985, p. 21).

Stella, epônimo de Eduardo Costa e Silva, à medida que a narrativa vai se desenrolando passa a assumir – e esse verbo cobra especial sentido nesse contexto – uma subjetividade *queer*, cuja “única condição necessária” (SIMOSAS, 2007, p. 51) é também a assunção de uma “autopercepção e filiação experimentais” (SEDGWICK, 1993, p. 9 APUD SIMOSAS, 2007, p. 51). Quer dizer, a própria disjunção de gênero, antes mencionada, aponta essa “filiação experimental”, já que Eduardo/Stella, a todo o momento, como que “testa” possibilidades gendéricas e identitárias.

Santiago, em “O homossexual astucioso”, retoma a história que no Brasil o verbo “assumir” protagonizou, quando diz que “coube ao homossexual carregar na vida pública um fardo que o heterossexual não carregava nem carrega” (2004, p. 197), ao forçar que os e as homossexuais exibissem, na esfera pública, um comportamento, via de regra, privado, isto é, suas

sexualidades. Assim, defende ele que se passe de um “exibicionismo público”, protestante e americano, segundo sustenta, para uma “malandragem” brasileira, em que os e as homossexuais não precisariam explicitar “a própria condição foneticamente ou através de *buttons*, *slogans*, etiquetas etc.”, e que, agindo assim, eles e elas deixariam de atrair a “violência social contra si mesmo[s]” (p. 201).

A suplementação *queer* ao que me parece, se considerarmos *Stella Manhattan*, provocaria um pequeno, mas significativo, deslocamento – ou *suplementação* – no ponto de vista do autor já que tem como principal ponto de investimento a ambiguidade de gênero e um cariz provocador mais direto e incisivo que a delicada “sutileza” advogada por Santiago. Sobre a passagem do romance que anteriormente transcrevi, o que ali se indica é a ocupação do espaço público pelo interesse do privado; a privatização do público e a publicização do privado. É nesse sentido, portanto, que leio *Stella Manhattan*, enquanto uma narrativa que suplementa a proposta do Santiago-ensaísta que prefere, antes do *outing queer* de Stella/Eduardo, talvez a sutileza de um Paco, que, mesmo adotando um estilo de vida abertamente *gay*, conforme rubrica Karl Posso, é, ao fim da narrativa, preservado, ao contrário de Eduardo, o qual desaparece sob o céu da cosmopolita cidade de Nova Iorque.

Fica evidente que distendo um pouco o argumento de Santiago para forçar o leitor a avalizar o argumento deste texto; entretanto, não vejo como Paco/Lacucaracha, ou até mesmo outra das personagens do romance, Marcelo, professor universitário e espécie de agente comunista brasileiro, poderiam subverter o regime heteronormativo, mesmo que Santiago o explique, ao dizer que ao “explicitar menos a violência social contra si mesmo”, quer dizer, dando “menos bandeira”, “o homossexual malandro deixaria mais explícito o modo como a 'norma' foi e está sendo constituída social e politicamente pela violência heterossexual” (2004, p. 202).

A saída que encontra Santiago, mais lenta e de expectativa extremamente otimista, ignora que, mesmo antes da ascensão dos movimentos *gays* identitários das décadas de sessenta e setenta, momento histórico em que o assumir-se *gay* ou lésbica estava na pauta do dia, os e as

homossexuais eram já sujeitos à violência, física e psicológica, da sociedade heteronormativa, que, de maneira automática, relegava o diferente de si à margem da linguagem, da própria existência enquanto sujeitos viáveis.

Estaria Santiago defendendo um sujeito social, econômica e culturalmente integrado, assimilado pelo sistema burguês e necessariamente identitário? Penso que não. Mas, em momentos, a leitura do ensaio de Santiago nos encaminha nesse sentido, uma vez que coloca sobre a mesa de apostas todas as fichas na tomada de consciência dos heterossexuais, que deveriam adotar “normas contratuais de tolerância”, “mudar de comportamento” (2004, p. 202). Talvez a forma mais rentável de militância seja assumir a potencialidade do *queer* enquanto modalidade teórico-política democrática capaz de produzir uma “sociedade menos injusta e mais inclusiva” (SANTOS, 2005, p. 10).

Como uma possibilidade de resposta à provocação feita no título deste capítulo, muito embora o que aqui se tentou tenha sido uma suplementação – parcial e aberta, o homossexual astucioso seria aquele que desse mais crédito às possibilidades de derrisão da heterossexualidade presumida, tanto por meio da desconstrução da linguagem – via disjunção gendérica, por exemplo, quanto pela desacomodação dos papéis de homens e mulheres, héteros e homos, gueis e lésbicas.

5 NOTAS PARA UMA HISTORIOGRAFIA “FORA DO ARMÁRIO”

La literatura – modelo, incluso, del ideal de una lengua nacional, racionalmente homogeneizada – había sido el lugar – ficticio, acaso – donde se proyectaban los modelos de comportamiento, las normas necesarias para la invención de la ciudadanía, los límites y las fronteras simbólicas, el mapa imaginario, en fin, de los estados en vías de consolidación.

Julio Ramos, citado por Hugo Achugar

(...) una vez que se deja de considerar a la nación como una entidad natural o como el edificio que corona una construcción ineludible, el camino está abierto para un análisis de cómo la ideología de la nación ha determinado el canon literario y cómo este canon siempre se ha basado en analogías sexuales.

Jean Franco

Essas duas citações que abrem este texto direcionam o olhar do crítico literário para dois entendimentos, o primeiro: que a literatura, como ideal de língua e modelo de comportamento, forneceu, quase que hegemonicamente, os limites culturais, éticos e morais dos estados em vias de formação ao longo do século XIX, e o segundo: que a ideologia da nação, quer dizer, as idéias sobre as quais tal entidade fictícia, e ao mesmo tempo concreta, se estribava determinou, de forma deliberada, os cânones literários, e que essa determinação baseou-se em analogias sexuais.

Em outra ocasião, tive já a oportunidade de afirmar que outras vezes geram outros discursos. Esse entendimento será aqui crucial uma vez mais, já que este capítulo tem por intenção demonstrar que a entrada em cena de sujeitos antes alijados dos processos sociais, políticos e culturais modifica tanto os

procedimentos quanto até mesmo os instrumentos utilizados para estabelecer juízos e valores estéticos, no que toca à arte e à literatura, de modo específico, e históricos e éticos, no que toca à vida e à convivência em sociedade, de modo geral.

A crítica cultural⁴³, e especificamente os estudos *queer*, estes últimos com maior evidência nos Estados Unidos, apesar da realização de relevantes estudos no Brasil nos últimos anos (LOURO, 2001), tem contribuído no sentido de ampliar a percepção dos estudiosos dos discursos literário e historiográfico quanto ao cariz politizado que se esconde por detrás, por exemplo, de histórias da literatura de feitura tradicional.⁴⁴ E também a contribuição do feminismo, num entendimento *lato* do termo, é destaque nesse sentido, já que chamou a atenção da crítica literária especializada para o apagamento de inúmeras mulheres escritoras dos cânones das literaturas nacionais e também para a leitura que das mulheres a mesma crítica realizava; é sobretudo por esse motivo que recentemente tem-se visto a publicação de coletâneas de resgate de escritoras “olvidadas” quando da construção – eis uma palavra-chave dentro dos estudos de cultura! – dos “panteões” masculinos e brancos (e crucialmente aqui, heterossexuais) nos quais se estribam muitas das literaturas nacionais.⁴⁵

A publicação *Escritoras brasileiras do século XIX*, coletânea de textos crítico-teóricos de importantes pesquisadoras brasileiras, junto a já muitas outras obras do gênero⁴⁶, tem contribuído não só com a recolha e comentário a respeito de material literário escrito por mulheres e ignorado pelo cânone nacional, como também com a formulação de uma teoria – uma poética – que dê conta da análise tanto desses escritos quanto da própria historiografia. Naira Araújo, professora cubana que prefacia essa publicação, diz:

Volumen de más de 800 páginas, esta obra se inscribe en la labor

⁴³ Refiro-me, sobretudo, aos Estudos Culturais, apesar de admitir que tais campos de conhecimento não são necessariamente sinônimos.

⁴⁴ De modo específico aqui penso naquelas histórias literárias que privilegiam, para composição de suas divisões internas, aspectos “estritamente” estéticos.

⁴⁵ Conferir discussão do Capítulo 1.

⁴⁶ Refiro-me, sobretudo, aos trabalhos oriundados das reflexões em torno do GT “A Mulher na Literatura”, da ANPOLL, que, desde 1985, tem se funcionado “como um fórum para discussão, troca de experiências e veiculação de pesquisas sobre a mulher na literatura, dialogando com perspectivas informadas pela crítica feminista e pelos estudos de gênero.”, conforme indica o sítio http://www.amulhernaliteratura.com.br/index.php?menu_id=1290709879&pos=esq&site_id=4. Acessado em fevereiro de 2012.

de arqueología literaria, tan propia a la crítica feminista. Pero no se limita a la acumulación cronológica y numérica de los textos de 53 autoras, olvidados o mal leídos, sino que llega a la etapa superior, la de la multiplicación y fructificación en la cual, el documento pierde la pátina, se desempolva y vivifica al ser colocado y contextualizado. La obra pertenece igualmente a la tendencia de una crítica feminista, interesada en el establecimiento de una tradición literaria escrita por mujeres: una literatura propia. Pero va más allá de ese propósito pues al mismo tiempo que contribuye a la historia de la escritura femenina en el Brasil, participa en la (re)escritura de su historia cultural.

Note-se que Araújo fala de “(re)escritura”, em clara correspondência à compreensão culturalista que substitui a concepção “essencialista” da nação – e de seus processos culturais, éticos, sociais etc. – pela de “construção” (ACHUGAR, 2008, p. 215).

Conforme indica o crítico literário uruguaio Hugo Achugar (2006), a formação dos nacionalismos, e de modo especial me refiro aos nacionalismos na América Latina, tiveram lugar ao longo do século XIX, momento histórico regido pelo projeto burguês levado adiante pelas elites locais – criollas – brancas. Tal projeto, como se pode atestar ao verificar o discurso cultural desse período, como certa parcela dos romances de José de Alencar ou o poema “La Leyenda Patria”, de Juan Zorrilla de San Martín, apenas para ficar com dois exemplos latino-americanos, opera o que o crítico uruguaio denomina homogeneização por meio da qual os elementos raciais, étnicos e do ponto de vista dos regimes sexuais são “liquefeitos” (p. 259). É o que, em leitura similar a Raul Antelo (1997), poderíamos denominar protocolos de exclusão. São procedimentos discursivos que tratam de disciplinar a raça/etnia, o gênero e a sexualidade, reservando um local ora de reclusão (casos das mulheres) ora de exclusão ou um “não-lugar” (caso dos homossexuais e em certos contextos, dos indígenas).

Ainda conforme Antelo, a modernidade preocupou-se em “fixar uma identidade sólida e estável de modo tal que sua representação do gênero se aproxima, às vezes perigosamente, do estereótipo” (1997, p. 10). Assim, o que poderíamos chamar “ideologia da estética”, como o quer Terry Eagleton (1993), obrou, repito, ao longo da formação dos projetos nacionais, embalados estes sobejamente pelo discurso literário e historiográfico, em vias de normativizar e

naturalizar⁴⁷ os discursos em relação ao gênero e à sexualidade e à raça/etnia. Algumas são as exceções, ou “exceções parciais”, como é o caso do romance brasileiro *O Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminho, foco de atenção do Capítulo 2 desta dissertação.

O trecho anteriormente citado de Antelo permite afirmar que o projeto moderno, ou nacional, como venho chamando ao longo deste texto, se não excluiu ou reclusiu as identidades e sexualidades não desejadas, as estereotipou, “perigosamente” no entender desse autor, normativizando, desse modo – e o que é de extrema relevância para o argumento deste capítulo, concedendo estatuto de normalidade a uma identidade sexual e étnica hegemônica: branca e heterossexual.

Quero comentar, agora, uma pequena passagem de Silvio Romero⁴⁸, segundo Antonio Candido o fundador da “moderna historiografia literária brasileira”, e, segundo compreendo, responsável pela fundação do paradigma sociológico de análise literária no País:

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo.

Não é aqui local para, de modo mais detido e ampliado, debruçar-se sobre os procedimentos de exclusão (e reclusão) de identidades não-desejadas pelo discurso historiográfico “moderno”, notadamente o de Silvio Romero, responsável pela formação de certa identidade brasileira; contudo, cabe referir que, no entendimento de Romero, conforme explicita a passagem citada, tanto o elemento indígena quanto o elemento negro precisam ser excluídos do projeto nacional, ou melhor, fundidos, com o auxílio epistemológico do que Araripe Júnior (1978) chamou “obnubilação brasílica”⁴⁹. (Certo é que seu ideal de Brasil é o de país

⁴⁷ Conceitos caros à epistemologia *queer*, tais noções fazem referência, respectivamente, ao procedimento performático – e iterativo – que busca regular e tornar natural – ou “essencializar” – certas práticas sexuais.

⁴⁸ ROMERO, Silvio. História da Literatura Brasileira. Pág. 2. Disponível em http://www.fafich.ufmg.br/fibra/bib/romero_historia.pdf. Acessado em fevereiro de 2012.

⁴⁹ Segundo Araripe Junior, o fenômeno da obnubilação brasílica consiste:

mestiço, misturado; entretanto, não devemos perder de vista que tal “mistura” implica, necessariamente, a diluição dos caracteres – biológicos e culturais, e por que não, sexuais? – não-desejados).

Como contra-ponto, vale o comentário da obra *Prosa de Ficção*, de Lucia Miguel Pereira (1988)s, autora que chama a atenção para a raça/etnia de Machado de Assis e Lima Barreto, sobre os quais diz: "homens vindos do povo, trazendo em suas veias o sangue negro". Sua *Prosa de Ficção* consegue, além de salientar o marcador racial de um dos mais relevantes autores da literatura brasileira – Machado de Assis –, reservar um local de destaque para Adolfo Caminha, autor que, até a publicação do compêndio de Pereira, não havia gozado, segundo entendo, de uma satisfatória leitura de sua obra.

Ainda sobre a *Prosa de Ficção*, certas afirmações da autora sobre uma crítica literária calcada em elementos históricos e sociais – apesar de ela destacar que sua posição era entre a crítica textual e a história social – merecem ser aqui destacadas. Nesse sentido, assevera Miguel Pereira que, em se tratando de uma literatura ainda incipiente, recalcar alguns elementos e "atribuir maior importância às circunstâncias do meio e do tempo" seja recomendável. Ou seja, para ela a literatura brasileira não goza, como as literaturas "maiores", de tradição onde se possa sustentar, restando ao crítico justificar – ou explicar – a literatura brasileira a partir de critérios históricos e sociais. Claro está, contudo, que Miguel Pereira não lança mão de uma crítica sócio-histórica como centro de suas análises; o que ela faz é contingencial, quer dizer, é a própria literatura brasileira da época que orienta o método de leitura por ela utilizado.

Quanto a isso, as afirmações de Miguel Pereira se cruzam com as afirmações de Hugo Achugar, que, em *Planetas sem Boca*, está às voltas da questão do papel que a literatura e o escritor latino-americano desempenham no cenário internacional, ou "planetário", como preferem alguns críticos contemporâneos aparentados a Achugar. Miguel Pereira chega a usar uma

(...) na transformação por que passavam os colonos atravessando o oceano Atlântico, e na sua posterior adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo. Basta percorrer as páginas dos cronistas para reconhecer esta verdade. Portugueses, franceses, espanhóis, apenas saltavam no Brasil e internavam-se, perdendo de vista as suas pinças e caravelas, *esqueciam* suas origens respectivas. Dominados pela rudez do meio, entontecidos pela natureza tropical, abraçados com a terra, todos eles se *transformavam* quase em selvagens (...). (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 300, as marcações são minhas).

expressão cara a Achugar, "literatura balbuciante", que, no caso dessa autora, é característica da literatura brasileira, e quem sabe pudéssemos arriscar e atribuí-la à crítica historiográfica sobre as textualidades gays e lésbicas. Talvez não fosse preciso dizer que Miguel Pereira entende esse cariz balbuciante como negativo, sinônimo de fraqueza. Entretanto, para Hugo Achugar, o "balbuceo" latino-americano é parte fundamental do fazer crítico e literário da Latino-América, e isso, em sua opinião, não deve ser visto como menor, defeituoso, mas sim como forma legítima de expressão de nosso continente. Onde ela via falta, vê ele força.

O crítico estadunidense Brad Epps, no ensaio "Estados de deseo: homosexualidad y homosexualidad" (1996, p. 804), analisa de que maneiras o discurso nacional naturaliza certas noções fulcrais para o estabelecimento de seu empreendimento homogeneizante:

El discurso nacional y nacionalista, necesariamente diferente de um país a outro, evidencia sin embargo ciertos rasgos bastante comunes: a saber, la tendencia a alimentarse de un vocabulário "familiar" e, por implicación, biológicamente "natural". La patria – y este híbrido interesante, la madre patria – es sólo el ejemplo más palmario, pero la producción de la nación está "íntimamente" ligada a nociones harto convencionales de la reproducción sexual. Aquí la posición del homosexual es todo menos sencilla.

Assim, mesmo que tais discursos nacionais se apresentem com as roupas da biologia, e da religião, outro baluarte sobre o qual se assenta a empresa nacional oitocentista, "a essencialização e a naturalização também são efeitos da História, de suas palavras e de suas narrações" (idem). Esta, como antes referi, é uma das lições dos estudos *queer*, visivelmente influenciados pelo pensamento de Michel Foucault (LOURO, 2001), o qual defende o papel sempre-ativo da História e dos processos discursivos implicados quando do estabelecimento de supostas "verdades" não tocadas pelo homem.

O aspecto vocabular levantado por Epps é emblemático nesse sentido. Como conceber uma nação plural, diversa, se as imagens que conformam tal entidade ficcional – a nação – se guiam por uma epistemologia calcada na dicotomia homem/mulher, pai/mãe? Assim, verdadeiramente, a posição do homossexual, e também da lésbica, é tudo "menos simples" nesse cenário. Para

fornecer um exemplo concreto, o romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, apresenta uma personagem lésbica, Pombinha, cuja sexualidade é relegada ao âmbito da prostituição e, por conseguinte, ao espaço privado, escondido. Nesse mesmo romance, a personagem de Albino, lavadeiro homossexual no qual os trejeitos são pródigos, tem no cortiço, quer dizer, mais uma vez no espaço privado – no que contemporaneamente poderíamos designar “gueto” – definido o espaço para performativizar⁵⁰ sua sexualidade. E talvez o lavadeiro só seja tolerado, conforme indicado Leonardo Mendes (2000, p. 84), “por não exercitar sua sexualidade, ou seja, por manter sua sexualidade a nível de frescuras e suspiros”.

Durante o período colonial brasileiro, as diferenciações – de raça e de gênero – e o estabelecimento de lugares específicos para homens e mulheres – a esfera pública (masculina) e a esfera privada (feminina e homossexual) – se justificavam pelo dogma; com o advento do período nacional, com a laicização do Estado, ou melhor, com o surgimento de uma “intelligentsia laica”, como refere Jean Franco (1986, p. 35), essa justificativa perde força, cedendo lugar a explicações de tom, primeiramente moral e, depois, “científico”.

A narrativa *O Bom-Crioulo* é exemplar também quando se pretende verificar quais são os espaços relegados aos homossexuais. A corveta, velho navio de guerra que abre o romance de Caminha, e depois o quartinho da Rua da Misericórdia, será o local, e mais uma vez, privado, no qual Amaro – o protagonista – e Aleixo – seu amante – vivenciarão um romance. Quer dizer, a homossexualidade, e, por conseguinte, o feminino – já que por detrás da homofobia sempre está a misoginia (SEDGWICK, 1985) – não cabia no projeto representacional engendrado pelas elites econômicas e culturais brasileiras.

Mais uma vez Brad Epps, ao comentar a “questão” da homossexualidade na literatura – como tema – e na vida dos escritores – como autobiografia -, afirma:

Semejante marca no es sencilla, pero suele recibir poca atención

⁵⁰ É no cortiço que Albino pode exprimir-se conforme bem entende, além de ter por companheiras principalmente mulheres e desempenhar um ofício, para a época, relegado apenas a mulheres, lavadeira. É justamente quando Albino se ausenta do cortiço, do que denominei “espaços de homossexualidade” (LUCAS LIMA, 2010), que ele se vê vítima da violência ao ser agredido por alguns estudantes clientes dos serviços das lavadeiras do cortiço.

por parte de la crítica: como si con solo mencionar la homosexualidad ya no hubiera más que decir; como si la homosexualidad fuera siempre, y en todas partes, lo mismo; o, más aun, como si la homosexualidad estuviera de mas en un estudio sobre la literatura o la cultura, como si resultara excesiva o anodina, insignificante o "impropia," demasiado personal o epifenoménica, hasta en un estudio sobre aquellos textos y escritores en los que figura de forma central.

Mais adiante em seu ensaio, Epps assevera que por durante muito tempo a homossexualidade foi relegada aos escritos médicos e legais, sendo ou excluída da literatura ou tendo sua presença mitigada. Segue dizendo ele que tratar de colocar à luz “as plumas”, em referência metafórica à alegria dos homossexuais, constitui-se como tarefa, além de literária, política e, acrescentaria aqui, ética. As tensões entre homossexualidade e nacionalidade, e, portanto, entre aquela e a história da literatura, são extremamente delicadas e cruciais para o que nos toca neste momento.

Os estudos *queer* auxiliam na compreensão dessa relação ao afirmarem que toda identidade é relacional e efeito discursivo, constituindo-se como performatividade. Para essa área epistemológica, as identidades estão, sempre, em deslocamento, e, ademais, estão conformadas por meio da relação com outros sujeitos e sujeitos outros⁵¹. Nesse caminho, uma história da literatura “fora do armário”, plural, diversa e ciente de sua relacionalidade, é necessária e eticamente desejável.

A literatura pensada como instituição não apenas possibilita a representação dos sujeitos; ela funciona também como uma das relações sociais que os produz. É importante percebê-la não apenas como elaboração estética, mas como artefato cultural, como veículo de representações simbólicas e valores sociais. (ALÓS, 2010, p. 856-857).

Assim, à parte a inclusão de escritoras e escritores “olvidados” dos

⁵¹ Estou de acordo com Homi Bhabha (1998) quando afirma que, “cada vez mais, as culturas “nacionais” estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas” (p. 25), o que nos autoriza a considerar que, mais do que nunca, aqueles sujeitos *abjetos*, ou não-sujeitos, cobram a reconsideração dos paradigmas utilizados para estabelecer quem ou o que é digno de voz e, conseqüentemente, de relevância.

cânones literários, conforme indiquei no primeiro capítulo, seja por fatores de gênero, étnicos ou sexuais, uma história da literatura “fora do armário” apresentase como possibilidade de formulação teórica sobre de que maneiras a homossexualidade pode contribuir para a constante formulação da identidade brasileira (SANTIAGO, 2004). Faz-se necessário, em consonância com Jean Franco acerca da teoria feminista, que tal história da literatura altere “substancialmente os marcos do sistema literário e nos dê, ao mesmo tempo, novos instrumentos de análise” ⁵² (1986, p. 32).

Franco trata de postular uma poética feminista, que, conforme entendo, não se pautaria por critérios normativos, mas, sim, descritivos e de sua relação com o “mundo social” no qual o texto aparece. Analogamente, no caso de uma historiografia “fora do armário”, ou como defende Anselmo Alós, em “Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética *queer*” (2010, p. 843):

Os fundamentos de uma poética queer, nesse sentido, não estão apenas a serviço de uma descrição das narrativas; eles também possibilitam uma acurada análise de como o texto reflete, subverte e questiona a realidade do mundo social no qual está inserido.

A postulação, portanto, de uma história da literatura “fora do armário”, passa pelos caminhos da epistemologia *queer*, posto que tal teoria busca, justamente, a descentralização e a constante reformulação das identidades, quer nacionais quer sexuais ou gendéricas⁵³. Termos como “Nação *Queer*” são emblemáticos nesse sentido, uma vez que advogam a constituição de uma nação de seres esquisitos, deslocados, *queer*:

Ahora bien, aunque la homosexualidad se figura como el otro de muchas nacionalidades, hispanohablantes y angloparlantes, comunistas y capitalistas y, por supuesto, fascistas, la homosexualidad también puede constituir un problema (...) cuando invoca algo como su propia nacionalidad, o internacionalidad, cuando interpela a un sujeto y lo sujeta a una identidad que, de alguna forma, se resiste o rechaza. Pienso en el concepto de la Nación Marica, o Queer Nation, promulgado principalmente en los Estados Unidos y partes de Europa (...).

⁵² No original: “La teoría feminista, en cambio, tiene una meta más ambiciosa. Falla como teoría si no logra cambiar el estudio de la literatura de modo sustancial. Debe, por lo tanto, abarcar una lectura de la cultura que altere sustancialmente los marcos del sistema literario y nos dé, al mismo tiempo, nuevos instrumentos de análisis.” A tradução é minha.

⁵³ Relacionadas ao gênero.

(EPPS, 1996, p. 817).

Infelizmente, apesar de esforços isolados, como os de João Silvério Trevisan, com *Devassos no Paraíso*, e de Denílson Lopes, com *O homem que amava rapazes e outros ensaios*, além de artigos e ensaios isolados, a escrita da história da literatura no Brasil, hoje, está resumida a compilações que ainda conservam traços de adição e linearidade, e muitas das vezes apenas reforçando posicionamentos ideológicos oriundos do século XIX e início do XX.

Faz-se necessário, assim, não apenas que se escrevam histórias da literatura “fora do armário”, mas ainda que, como o quer Brad Epps, ponham-se a descoberto as plumas que colorem inúmeras obras literárias latino-americanas. A homossexualidade não pode mais ser considerada anódina, imprópria ou “não-literária” pela análise crítica textual; se é um problema de plumas, de brilhos e trejeitos, também o é um problema ético, político e literário.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando. *Onde Andará Dulce Veiga?*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- _____. Imágenes Fundacionales de la Nación. Belo Horizonte: UFMG, v. 18, jul./dez., 2008.
- ALÓS, Anselmo. Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética *queer*. *Estudos Feministas*, v. 18, n.º. 03, p. 837-864, set-dez., 2010.
- ALÓS, Anselmo Peres & SCHMIDT, Rita Terezinha. Margens da Poética/Poéticas da Margem: o comparatismo planetário como prática de resistência. *Revista Organon*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.
- ANTELO, Raul. Protocolos de leitura: o gênero em reclusão. *Gragoatá*, v. -, n.º. 03, p. 9-21, 2º semestre de 1997.
- ARARIPE JUNIOR. O leitor de Gregório de Matos. In: BOSI, Alfredo (Org.). *Araripe Junior: teoria, crítica e história literaria*. São Paulo: Editora da USP, 1978.
- ARAÚJO, Homero Viseu. Leitores tratados a “palo seco”. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, p. 14-15, outubro, 2009. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1254772125.9135pdf.pdf>. Acessado em: dezembro de 2012.
- AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Rio de Janeiro: Americana, 1973.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOTELHO, Abel. *O Barão de Lavos*. Disponível em: http://purl.pt/232/3/l-9823-p_PDF/l-9823-p_PDF_24-C-R0072/l-9823-p_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf. Data de Acesso: janeiro de 2013.

BHABHA, Hommi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. *El género em disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Trad. M.^a Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós, 2007.

_____. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, v. -, nº. 11, p. 11-42, 1998.

CAETANO, Márcio. *Gênero e Sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares*. Niterói, UFF, 2011. Doutorado (Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação para a obtenção do grau de Doutor em Educação).

CAMINHA, Adolfo. *O Bom-Crioulo*. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000052.pdf>. Data de acesso: julho de 2012.

CAPUCHO, Luís. *Rato*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2007.

CHIAPPARA, Juan Pablo. Michel Foucault: ficção, real e representação. A produção de sentidos sociais: desdobramentos teóricos contemporâneos. *Revista Aulas*, v. -, nº. 03, p. 1-18, dez. 2006-jan. 2007.

COELHO, Nelly Novaes. O desafio ao cânone. Apresentação. In: *Desafiando o cânone*. Org. Helena Parente Cunha. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999. Consulta online: www.helenaparentecunha.com.br/admin/secao/pdf-ap/odesafioaocanone-Apresentacao-Nelly_Novaes_Coelho.pdf. Acesso em 23/08/11.

CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997 (reimpressão 2008).

DUARTE, Eduardo de Assis. Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso. *Refazendo nós* (orgs.) BRANDÃO, Izabel e MUZART, Zahidé L. Florianópolis: Editora Mulheres/Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

EAGLETON, Terry. *A função da crítica*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. *Teoria da Literatura: uma introdução*. 5ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EPPS, Brad. Estados de deseo: homosexualidad y nacionalidad (Juan Goytisolo y Reinaldo Arenas a vuelapluma). *Revista Iberoamericana*, v. LXII, nº. 176-177, p. 799-820, Julio-diciembre, 1996.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. De outros espaços. Disponível em: http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-De_Outros_Espacos.pdf. Data de acesso: janeiro de 2013. Texto originalmente publicado em 1967.

FRANCO, Jean. Apuntes sobre La crítica feminista y La literatura hispanoamericana. *Hispanoamérica*, año 15, nº. 45, p. 31-43, diciembre, 1996.

FUNCK, Susana. A construção discursiva da mulher como outro. *Litteralis*. No. 3. In: SILVA, Denise Almeida e VELOSO, Maria Thereza (Orgs.). Santo Ângelo: EDIURI, 2005.

GOMES, Carlos Magno Santos. O modelo cultural de leitura. *Revista Nonada*, v.

1, n. 18. Porto Alegre: UniRitter, 2012.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil. Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=675>. Acesso em agosto de 2011.

JAMESON, Frederic. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

LEMAIRE, Ria. Repensando a História Literária. In: (org.) HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 58-91.

LOPES, Denilson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

_____. Do entre lugar ao transcultural. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/dlopes01.pdf>. Data de acesso: julho de 2012.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

_____. Teoria *queer* – Uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, v. -, ano 09, p. 541-553, 2º semestre de 2001.

LUCAS LIMA, Carlos Henrique. *Narrativa homoerótica brasileira: performance, sexualidade e política*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/29160>. Graduação (Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de Licenciado em Letras, área de concentração Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa).

MAFFESOLI, Michel. Homossocialidade: da identidade às identificações. *Revista Bagoas*, v. 01, nº. 01, p. 01-10, jul.-dez., 2007.

MENDES, Leonardo. *O Retrato do Imperador: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, nº.21, ano 11, p. 150-182, jan./jun., 2009.

MORAES, Fabrício Tavares de. A simbologia da pedra na poética de João Cabral de Melo Neto. *Mafuá*, ano 08, nº. 13, março, 2010.

MORICONI, Ítalo. Literatura moderna e homossexualismo. In: GOLIN, Célio e WEILER, Luiz Gustavo. *Homossexualidades, cultura e política*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, Vol. I.

_____. *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, Vol. II.

_____. *Escritoras Brasileiras do século XIX: Antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, Vol. III.

NASCIMENTO, FERNANDEZ & MARTINS. Territórios LGBT em Salvador - usos do espaço, sociabilidade e violência. In: *FAZENDO GÊNERO – DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS*, nº. 09, Florianópolis, UFSC, 2010, p. 01-10.

PELLER, Mariela. Judith Butler y Ernesto Laclau: debates sobre la subjetividad, el psicoanálisis y la política. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*. N.7 - abr. 2011 – pp.44-68.

PEREIRA, Lucia Miguel. *História da Literatura Brasileira: rosa de ficção, de 1870 a 1920*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PÉREZ, Jorge. Pensamiento y no solo acción: sobre la valiosa aportación peninsular a la teoría queer. *Revista Canadiense de Estudios Hispánicos*. Volumen 35.1 Otoño 2010.

POSSO, Karl. Liberalismo, praga do literário: o conto brasileiro contemporâneo sobre temas de homossexualidade. *Revista Iberoamericana*, v. LXXIV, nº. 225, Outubro-Diciembre, 2008.

_____. *Artimanhas da sedução: homossexualidade e exílio*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

PRECIADO, Beatriz. Multidões *Queer*: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, v. 19, nº. 01, p. 11-20, jan.-abril, 2011.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/fibra/bid/romero_historia.pdf. Acessado em: janeiro de 2013.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAMUEL, Rogel. *Novo manual de teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTIAGO, Silviano. O Entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

_____. *Stella Manhattan*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. O cosmopolitismo do pobre. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

SANTOS, Ana Cristina. Heteroqueers contra a heteronormatividade : Notas para uma Teoria Queer Inclusiva. Disponível em: www.ces.uc.pt/investigadores/cv/ana_cristina_santos.php. Data de acesso: julho de 2012.

_____. Estudos *Queer*: identidades, contextos e ação coletiva. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, Dezembro 2006, p. 3-15. Disponível em www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=938. Data de acesso: julho de 2011.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Refutações ao feminismo: (des) compassos da cultura letrada brasileira. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 14, n. 3, Dec. 2006.

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S104-026X2006000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Sept. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300011>.

_____. A crítica feminista na mira da crítica. *Ilha do Desterro*. Florianópolis, n. 42, jan./jun, 2002.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Tendencies*. Columbia. New York: Duke University Press, 1993. Apud: SIMOSAS, M. M. P. Mascarenhas. *A Fluída Arte Da Descosura: Filosofias De Liberdade Em Cartas Portuguesas E Novas Cartas Portuguesas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. (Dissertação de mestrado).

_____. *Between Men English Literature and Male Homosocial Desire*. New York, University of New York Press, 1985.

SIMOSAS, M. M. P. Mascarenhas. *A fluída arte da descosura: Filosofias de Liberdade em Cartas Portuguesas e Novas Cartas Portuguesas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. (Dissertação de mestrado).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

_____. *The death of a discipline*. New York, NY: Columbia University Press, 2003.

VIDARTE, Paco. *Ética Marica: proclamas libertarias para una militancia LGBTQ*. Barcelona-Madrid: Editorial Egales, 2007.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterocentrado*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/49572967/Monique-Wittig-El-pensamiento-heterosexual>. Data de acesso: janeiro de 2013. Texto originalmente publicado em 1978.